

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS: REFLEXÕES SOBRE O ESTADO IMPERIAL.

Por Laura Roberta Fontana

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de mestre; sob orientação do Professor Doutor Pedro Marinho.

Rio de Janeiro, 2013.

*Dedico este trabalho a quem sempre me mostrou que não importa o caminho, levamos apenas a certeza de que muito pouco sabemos. Ou nada sabemos.*

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço primeiramente a minha querida mãe, que sempre me incentivou e apoiou independente das tempestades e ventanias.

Agradeço também aos meus avós, tios e pai por todo carinho e abraços reconfortantes nos momentos de desânimo.

Meu muito obrigado a todos os meus amigos e familiares que souberam entender minha ausência devido à pesquisa e que sempre tiveram uma palavra de incentivo. Especialmente aos meus amigos Daniela e Tilden pelo companheirismo, revisões e pela experiência de vivenciar o verdadeiro sentido do que é a amizade.

Agradeço também ao meu amigo e orientador, Pedro Marinho, que com sua paciência e sorriso foi mais que um professor, foi incentivador e exemplo de profissional e ser humano.

Aos professores Márcia Gonçalves, Cláudia Santos e Ricardo Salles, que tanto me auxiliaram com suas colocações durante a qualificação e aceitaram fazer parte da minha banca de defesa.

A todos os professores que fizeram parte dessa trajetória, com seus conselhos e auxílios, assim como o Programa de Pós Graduação em História Social da UNIRIO, meu obrigado.

Ao meu noivo e amigo Marcelo Emmel, com quem divido minhas ansiedades, medos, risadas e planos mais íntimos e profundos, meu agradecimento pela paciência e ajuda. Compartilhar a vida com você é o que dá real significado a ela.

## **RESUMO:**

Esse trabalho pretende refletir sobre a trajetória de José Maria da Silva Paranhos, ou como é mais conhecido, o Visconde do Rio Branco, e a partir dela, analisar as múltiplas formas de inserção política no Segundo Reinado, institucionalmente formais ou informais.

Pretende-se também, demonstrar de que maneira as relações de amizade servem como elemento de coesão aos muitos pertencimentos dos indivíduos, e como as correspondências podem ser fonte de análise para essas questões, assim como um local específico para manutenção de tais relacionamentos.

Por fim, voltaremos o olhar para o Gabinete 7 de março, procurando entender como algumas de suas realizações dialogam com as questões acima levantadas.

Palavras-chave: Visconde do Rio Branco - José Maria da Silva Paranhos - Inserção política - Sociabilidades.

## **ABSTRACT:**

This work intends to reflect on the trajectory of José Maria da Silva Paranhos, or as he is known, the Viscount of Rio Branco, and from it, analyze multiple forms of integration policy in the Second Empire, institutionally formal or informal.

It is also intended to demonstrate how the friendly relations serve as an element of cohesion to the many affiliations of individuals, and how the correspondences can be a source of analysis for these questions, as well as a specific place to maintain such relationships.

Finally, we'll look to the Cabinet 7 de Março, trying to understand how some of his realizations dialogue with the questions raised above.

Keywords: Viscount of Rio Branco - José Maria da Silva Paranhos - Entering politics - Sociabilities.

## SUMÁRIO:

1. Introdução: Reflexões remanescentes: o trabalho com biografias a partir de uma trajetória.....	18
2. Capítulo 1: Locais de inserção política a partir de José Maria da Silva Paranhos: muito além dos partidos tradicionais e dos Bacharéis.....	24
3. Capítulo 2: A amizade como elemento institucional de coesão na classe dirigente: muito além da formalidade das instituições.....	55
4. Capítulo 3: O gabinete 7 de Março: breves reflexões.....	75
5. Conclusões.....	87
6. Referências bibliográficas e fontes.....	90
7. Anexos.....	103

## **Introdução:**

### **Reflexões remanescentes: o trabalho com biografias a partir de uma trajetória.**

Este trabalho nasceu da reflexão realizada durante os anos de 2008 e 2009, como bolsista de iniciação científica do projeto *Conservadorismo, diplomacia e ideias jurídicas no Segundo Reinado (1847-1879)*, orientado pela Professora Doutora Gizlene Neder, na Universidade Federal Fluminense. A pesquisa, que tinha como objetivo refletir sobre as ideias que basearam as reformas políticas e também judiciárias no Segundo Reinado a partir da trajetória de três indivíduos; José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco – 1819-1880), José Thomas Nabuco de Araújo (1813-1878) e Francisco Ignácio Carvalho Moreira (Barão de Penedo – 1816-1906); acabou despertando interesse em entender um pouco mais a fundo as relações sociais, de influência e poder no Segundo Reinado, dando especial atenção à figura de Paranhos, ou como é mais conhecido, o Visconde do Rio Branco<sup>1</sup>.

Sendo assim, a continuidade da pesquisa no mestrado em História Social na UNIRIO, sob orientação do Professor Doutor Pedro Marinho, possibilitou o aprofundamento da reflexão sobre Rio Branco, percebendo esse indivíduo como elemento agregador de diversas questões que aparecem nessa dissertação.

O objetivo do primeiro capítulo deste trabalho é atentar para os múltiplos locais de inserção política no Segundo Reinado, que ultrapassavam as salas da Faculdade de Direito e a simples permanência em um partido político. Não se pode negar a influência dos

---

<sup>1</sup> Gizlene Neder. *Conservadorismo, Diplomacia e Idéias Jurídicas no Segundo Reinado*, Projeto de Pesquisa: CNPq/ Laboratório Cidade e Poder, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

Bacharéis na política Imperial, algo já comprovado por José Murilo de Carvalho<sup>2</sup>, porém a intenção é ressaltar o papel de outros locais de poder, tanto para a inserção na sociedade política, como para exercê-lo a partir de outros lugares, numa sociedade civil que começa a ser construída e fortalecida.

No segundo capítulo, tentamos perceber como dentro desses locais, podemos identificar as relações de amizade como um lugar a mais nessa sociedade para a manutenção das relações de poder, influência e que, de certa forma, agem como uma espécie de instituição estabelecida, pois seguem determinadas regras de conduta e coerção. As afetividades podem ser instrumentos de chegada e permanência no poder, além de servir de pretexto para integração a outras localidades políticas, em um sentido amplo. Sendo assim, as relações de amizade funcionam como coesão institucional que parte da sociedade civil para a política, indo além das instituições formais.

Para isso, refletiremos sobre José Maria da Silva Paranhos, por entender que sua trajetória possui especificidades que nos permitem tais elaborações. No que tange as relações de amizade e afetividade, trataremos da relação entre Paranhos e Nabuco, pois embora de partidos políticos opostos, viveram uma relação de amizade que influenciou a vida política imperial, e nos demonstra como afinidades pessoais interferem na vida política desde o Império.

Por fim, no nosso terceiro capítulo, pretendemos entender a importância do gabinete 7 de março, de 1871, e suas implicações, enxergando-o como parte de um projeto reformista, e que além de ser o ponto mais alto da vida política de Paranhos, é também capaz

---

<sup>2</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem, a Elite Política Imperial*, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

de exemplificar a partir de algumas realizações, de que maneira alguns locais de poder passam a ter certa importância a ponto de impulsionar ações políticas efetivas.

Antes de iniciarmos a elaboração e exposição das reflexões feitas nessa pesquisa, faremos uma breve análise sobre o papel da biografia no trabalho histórico, já que trabalhamos com a trajetória de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, sendo as biografias também fontes, pois trabalhamos com as que foram escritas sobre ele, para que assim possamos entender que tipo de lembranças e esquecimentos foram fundamentais para a construção desse “personagem histórico”. A partir destas, podemos refletir acerca da memória construída, além de mergulharmos em documentos ricos em informações, intencionalidades e que nos fazem pensar sobre o fazer histórico a partir da construção biográfica.

Importante ressaltar que este trabalho não é sobre biografias e nem tenta fazer uma, mas devemos, mesmo que brevemente e de forma bem mais superficial do que o tema merece, levantar alguns questionamentos que surgiram nessa pesquisa, afinal, quando o historiador foca sua análise e faz o seu recorte epistemológico a partir da trajetória de um indivíduo, é necessário que este reflita (e traga para o seu texto tais reflexões) sobre os problemas e questões que este tipo de trabalho traz a tona, mesmo que de forma breve.

A biografia sempre andou de mãos dadas com a História. Se antes dos *Annales* era praticamente o próprio fazer histórico, através do enaltecimento dos grandes nomes, depois de vencido os preconceitos e perigos metodológicos, tornou-se um importante, útil e por vezes apaixonado realizar.

Não foi à toa, porém, todo o empreendimento da Escola Francesa na tentativa de sepultar a biografia, ou melhor, um tipo específico de biografia como trabalho histórico. De

fato, este nos oferece perigos por vezes sutis, que apenas o rigor metodológico nos proporciona realizá-lo sem cair em suas armadilhas. Importante atentar que a tendência de crítica à biografia foi mais significativa após a ascensão de Braudel e não logo após os *Annales*, pois Lucien Febvre e Bloch ainda produziram trabalhos biográficos ou, pelo menos, próximos disso, como a biografia de Rabelais escrita por Lucien Febvre. Porém, é fato que a produção biográfica caiu nos anos seguintes a Braudel, sendo retomada com força apenas posteriormente.

Importante ressaltar antes de qualquer coisa, a utilização de correspondências como fontes nesse trabalho, além do uso das biografias. A partir disso, atentamos para o fato de que quando o espaço privado, com a emergência de novos objetos e metodologias, cresce na investigação histórica, as práticas da escrita de si (e a correspondência e as biografias estão nesse bojo) também ganham importância, e de fato, vislumbramos o crescimento da preocupação em analisar e refletir sobre o assunto.

Segundo Ângela de Castro Gomes, sobre a escrita de si:

“...Pode-se datar a divulgação de sua prática, grosso modo, do século XVIII, quando os indivíduos “comuns” passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si. Um processo que é assinalado pelo surgimento, em língua inglesa, das palavras biografia e autobiografia no século XVII, e que atravessa o século XVIII e alcança seu apogeu no XIX, não por acaso o século da institucionalização dos museus e do aparecimento do que se denomina, em literatura, romance moderno. Isso, atentando-se também para a emergência da figura de um cidadão moderno, dotado de direitos civis (no século XVIII) e políticos (no XIX). Um processo longo e complexo, que permaneceu em curso durante o século XX, embora sofrendo o impacto das grandes transformações ocorridas nas áreas de comunicações, primeiro com o telefone e, mais recentemente, com o e-mail.”(GOMES, s.d. P.11)<sup>3</sup>

Sendo assim, é necessário entender que embora o ato de escrever biografias, cartas, etc, seja antigo, sua significação passa a ser totalmente nova com a constituição do individualismo moderno. A partir do momento em que a ideia de indivíduo se sobrepõe à

---

<sup>3</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: *Escrita de si, Escrita da História*. Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, s.d. Página 11.

maneira holista de se enxergar o mundo, e se afirma os princípios de igualdade e liberdade, mudanças significativas ocorrem nas noções de verdade e memória.

Sobre a diferenciação entre individualismo e holismo, Louis Dumont faz importantes considerações, que nos permitem entender como esse individualismo muda as concepções humanas e conseqüentemente, todas as suas formas de interpretação:

“...Sociedades, como a nossa, valorizam, em primeiro lugar, o ser humano individual: a nosso ver, cada homem é a encarnação da humanidade inteira e, como tal, é igual a qualquer outro e livre. É o que eu chamo de “individualismo”. Na concepção holista, as necessidades do homem, como tal, são ignoradas e subordinadas, enquanto a concepção individualista, ao contrário, ignora e subordina as necessidades da sociedade.”(DUMONT, 2000. P.14)<sup>4</sup>

A separação das sociedades tradicionais, a partir de uma *revolução nos valores*<sup>5</sup>, trouxe ao Ocidente novas concepções. Com o triunfo do indivíduo, e a separação, mesmo que formal, entre as esferas do público e do privado, a vida individual passa a ter mais valor, e assim, conseqüentemente, ser um objeto de estudo de grande valia.

A valorização do indivíduo na história vem acompanhada por uma transformação no conceito de verdade, vinculada agora com a questão da intimidade. Aquilo que diz respeito à vida mais íntima tem “mais verdade”, pois revela com profundidade os sentimentos e vontades. Talvez por isso, o trabalho com cartas seja tão fascinante. O trabalho do historiador nesse sentido consiste em não cair na tentação de enxergar tal fonte como reveladora da verdade única, apenas porque não se trata de um documento dito oficial.

Bourdieu nos atenta para algumas outras questões importantes, como o perigo de, ao analisar um indivíduo e sua trajetória, enxergar a vida de maneira linear e procurar assim, entender o indivíduo como alguém coerente e constante. A construção da biografia se dá,

---

<sup>4</sup> DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Trad. port., Bauru: EDUSC, 2000. Página 14.

<sup>5</sup> Ver DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Trad. port., Bauru: EDUSC, 2000.

dentro desta perspectiva criticada por Bourdieu, como algo que, partindo de um início bem definido caminha em direção ao final, ao objetivo. Se pararmos, porém, para refletirmos sobre as nossas próprias trajetórias de vida, veremos que de forma alguma a vida e as ações individuais são previsíveis, constantes, altamente justificáveis e seguem uma lógica. Pensar uma biografia desta forma, sem levar em conta as intempéries, retira a complexidade humana e dos acontecimentos.

Na verdade, a construção da integralidade da vida de um determinado indivíduo é tão problemática quanto à integralidade de um período histórico. A totalidade, ou integralidade da vida de qualquer indivíduo ou período histórico, sempre dependerá da questão que se deseja investigar e que esta nunca é plena, no sentido de um “realismo”, que parece ingênuo, seja com uma descrição total dos fatos ou das questões relativas aos mesmos. Atentamos, então, para o fato de que o que se busca quando se investiga um dado objeto não é sua “totalidade total”, mas a sua totalidade no sentido das principais (ou todas) determinações relativas à questão que se investiga.

A influência de uma determinada personalidade está relacionada também com as circunstâncias, principalmente em momentos de crises e redefinições:

“El tempo es un elemento de importancia fundamental en el conflicto de fuerzas sociales contendientes. La fase indefinida donde los acontecimientos pueden tomar una dirección u otra no dura mucho. La crisis de las relaciones sociales debe ser resuelta rápidamente en uno u otro sentido. En ese punto, la actividad o pasividad de las personalidades dominantes, los grupos, los partidos y las masas pueden inclinar la balanza hacia uno u otro lado. El individuo puede entrar como factor definitorio del proceso total de la determinación histórica sólo cuando todas las otras fuerzas en juego están temporariamente igualadas. Entonces el peso agregado puede servir para inclinar la balanza.”(NOVACK, 1978. P.76)<sup>6</sup>

A crítica de Bourdieu à biografia parte da análise sempre se voltar para um projeto final, pois quem escreve já atenta para fatores de forma condicionada, ignorando-se todo um conjunto de possibilidades. Para Bourdieu:

---

<sup>6</sup> NOVACK, George. *Para comprender la historia*. Colombia: editorial Pluma, 1978. P. 76,

“... Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”.(BOURDIEU, 1996. P.185).<sup>7</sup>

Em segundo lugar, Bourdieu critica a própria ideia de identidade.

“O nome próprio é a forma por excelência da imposição arbitrária que operam os ritos da instituição: a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais, no fluxo das realidades biológicas e sociais. Eis porque o nome próprio não pode descrever propriedades nem veicular nenhuma informação sobre aquilo que nomeia” (BOURDIEU, 1996. P.187) <sup>8</sup>

É importante observar também a afirmação de Bourdieu que *“tudo leva a crer que as leis da biografia oficial tenderão a se impor muito além das situações oficiais, através dos pressupostos inconscientes da interrogação”* (BOURDIEU, 1996. P.189) <sup>9</sup>

Por fim, Bourdieu observa que devemos contextualizar o objeto (no caso, a vida de uma pessoa) como já é sabido, observando que

“Não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em um certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 1996. P. 190) <sup>10</sup>

A teoria do campo de Bourdieu é, justamente, uma tentativa de dar conta da relação entre um determinado objeto (que no caso da biografia é a “história de vida”) e o contexto ou os contextos nos quais este está inserido.

---

<sup>7</sup> BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, in Marieta de Moraes Ferreira e Janáina Amado (org.). *Usos e Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. Pág.185.

<sup>8</sup> IDEM, página 187.

<sup>9</sup> IDEM, página 189.

<sup>10</sup> IDEM, página 190.

Aqui, nos parece mais salutar reconhecer também as escolhas individuais, mesmo não esquecendo das influências da coletividade e do contexto histórico.

Giovanni Levi já aponta para esta questão:

“Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um habitus resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo o indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social”.(LEVI, 1996. P.182.)<sup>11</sup>

Embora a maioria das biografias aqui utilizadas como fontes siga esse tipo de análise linear, de fato não é desta maneira que se pretende refletir sobre a figura do Visconde do Rio Branco. Sendo assim, as colocações de Schorske são fundamentais para a nossa reflexão, pois conseguem relativizar a individualidade e a coletividade.

Ao analisar o trio austríaco - Schönerer, Lueger e Herzl – na passagem à modernidade, o autor consegue perceber as relações de conciliação e conflito que se estabelecem nas trajetórias analisadas, conseguindo relacionar as esferas política, profissional e pessoal dos três líderes.

O mais interessante dessa análise, porém, é a maneira como o autor atenta para fatores psicológicos dos indivíduos, sem cair, pelo menos na maioria das vezes, numa perspectiva determinista. Consegue-se assim conjugar as influências familiares e até mesmo de sociabilidade nas ações políticas destes. Sobre Schönerer, por exemplo, o autor demonstra que:

“Logo se abriram oportunidades políticas para o lado anti-semita radical de Schönerer, coincidindo com a aproximação da morte de seu pai, em 1881, a qual liberou sua agressividade reprimida contra tudo o que Matthias Schönerer

---

<sup>11</sup> Giovanni Levi. “Usos da Biografia”, in Marieta de Moraes Ferreira e Janáina Amaro (org.). Op.Cit. Pág. 182.

representara. Assim convergiram as bases sociais para a liderança antiliberal e as condições psicológicas de assumi-la”. (SHORSKE, 1988. P.135-136)<sup>12</sup>

Os indivíduos históricos são humanos, e como tais, devem ser pensados não como seres fora do seu tempo e também das suas experiências individuais, e sim como pessoas que, dentro das suas vivências, reagem e absorvem de maneira diversa às condições sociais.

Carl Schorske assim mostra como na Viena do final do século XIX, os sentimentos se sobressaíram mais do que a razão liberal, através das trajetórias particulares apresentadas. O pangermanismo de Schönerer, o socialismo cristão de Lueger e, o sionismo de Theodor Herzl são analisados a partir de suas relações pessoais e trajetórias individuais. Relata, por exemplo, como uma mesma experiência é enfrentada diferentemente e se torna parte da característica nas ações políticas mais gerais, como para Lueger, que era externo na Escola Superior Técnica, e filho de um funcionário:

“O externo devia sentir sua diferença em relação aos “regulares” - principalmente se vinha, como Lueger, do estrato social mais baixo ali representado. Mas Karl só parece ter tirado proveito da sua experiência no Theresianum. Não existem indícios de que alguma vez tenha sentido inveja da aristocracia, ao contrário de Schönerer. Ele adquiriu e sempre conservou uma atitude respeitosa em relação à classe dominante tradicional da Áustria.” (SHORSKE, 1988. P.143)<sup>13</sup>

Já ao analisar Herzl, fatores como sua relação com as mulheres e as crises em suas amizades servem ao historiador como fatores de influência e convergência para suas atitudes políticas. Tal análise não pode, porém, se apresentar de forma determinista, como de fato não se faz. Mas agregar à reflexão esses fatores, sem dúvida enriquecem e complexificam o trabalho historiográfico.

---

<sup>12</sup> SHORSKE, Carl. “Política em Novo Tom: um trio austríaco”, In *Viena Fin-de-Siècle, Política e Cultura*. São Paulo/Campinas: Companhia das Letras/ Editora da UNICAMP, 1988. Pág.135-136.

<sup>13</sup> IDEM. Pág.143

Ao observar as biografias sobre o Visconde do Rio Branco, temos biógrafos contemporâneos a ele como Taunay e Alvarenga Peixoto, e biografias realizadas pouco mais tarde, como por seu filho, o Barão do Rio Branco, ou bem mais tarde, como as biografias de Lúcia Besouchet e Hermes da Vieira. Todas elas são fontes ricas e importantes no nosso trabalho, sendo claro para nós que todas foram construídas (como qualquer trabalho histórico) a partir de um processo de escolhas, ou seja, sendo narrativas que esquecem ou lembram fatos de acordo com o seu objetivo. Até mesmo o que é lembrado faz parte de uma reconstrução histórica dos vencedores.

Interessante como mesmo a biografia feita por Hermes Vieira, publicada já na década de 1990, possui claras evidências de glorificação, ou pelo menos, de romantização. Logo no início de seu livro, o autor relata que em meados de fevereiro de 1938, sonhou com a figura do visconde, que pediu para que ele escrevesse sua biografia. E assim ele atendeu a seu pedido, quase que como uma missão.

“ O despertar da minha vívida e particular atenção para a figura e a atuação de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, no cenário político e diplomático do Segundo Reinado, vem de longe, muito longe. Precisamente, dos meados de fevereiro de 1938, quando me vi, uma noite, durante o sono, perante ele, sorriso franco nos lábios, docilidade na voz e um brilho intenso no olhar, portador de indescritível expressão de carinho...  
...Dele ouvi, então, essas palavras jamais esquecidas:  
-Vim lembrar-lhe a promessa que me fez de escrever a minha vida; e vim porque você me pediu.” (VIEIRA, 1991. P.15)<sup>14</sup>

Esse breve texto já nos leva a reflexão da existência da relação entre biografia, glorificação e intencionalidades, e que essa relação não é pertencente apenas aos séculos XVIII e XIX.

Já Taunay, pertencente ao círculo político e literário do Segundo Reinado, e também por isso mantinha relações de amizade e proximidade com o próprio Paranhos (aliás,

---

<sup>14</sup> VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1991. 484 p. (Coleção coroa vermelha, v. 22). P.15

Taunay ingressa na política em 1872, como Deputado pela Província de Goiás, graças ao amigo), constrói uma biografia em 1884, que posteriormente passa pelas mãos do Paranhos filho, que lhe acrescenta anotações de grande valia, e é republicada, em 1930, pelo Affonso de E. Taunay, seu filho, na tentativa de “*não deixar incompleta a obra biográfica por seu pai encetada*” (TAUNAY, 1930. P.8) <sup>15</sup>.

Na realidade, a republicação desta biografia parece ir de encontro com uma empreitada da geração dos filhos dos grandes homens do Segundo Reinado. Joaquim Nabuco e Paranhos Junior foram filhos que se preocuparam em reconstruir a memória dos pais já na República, e assim, construírem também suas próprias identidades. Affonso ao republicar o trabalho do pai, além de reavivar a obra paterna, reconstrói a figura do amigo do pai, e assim reforça o vínculo entre eles.

As relações de amizade assim são valorizadas e nos mostram como as redes de sociabilidade são parte da edificação das identidades políticas. Além de Taunay e o próprio Paranhos, muitos filhos dos políticos do Império adotaram tal estratégia, demonstrando um movimento forte no sentido da utilização simbólica das figuras paternas para a fortificação de uma identidade política já pós-proclamação da República. E a escrita de biografias de seus pais, reafirmando os laços sanguíneos e políticos com os homens que participaram da política imperial foi uma bem sucedida tentativa nesse sentido. O filho do senador Nabuco de Araújo, Joaquim Nabuco, José Maria Paranhos Junior (barão do Rio Branco), filho do Visconde do Rio Branco, e Carlotinha Carvalho Moreira, filha do Barão de Penedo, foram exemplos dessa empreitada. A própria proximidade e convívio dessa geração entre si, já demonstra a necessidade de juntos, reafirmarem laços construídos inicialmente por seus pais, mas que nos aspectos simbólicos e também nas articulações políticas, foi de grande valia.

---

<sup>15</sup> TAUNAY, Visconde de. *O Visconde do Rio Branco (Glória do Brasil e da Humanidade)*. São Paulo: Melhoramentos. Segunda edição; 1930. Pág. 8.

Quando Joaquim Nabuco, aos vinte e quatro anos viaja à Europa por quase oito meses, entre 1873 e 1874, faz da casa do ministro à frente da representação diplomática brasileira em Londres, Francisco Inácio Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, sua base de apoio a partir da qual organizou sua viagem. Joaquim Nabuco, no *Minha Formação*<sup>16</sup>, publicado em parte no jornal *Commercio de São Paulo*, em 1895, narra detalhes destas relações de sociabilidade existentes. Estas memórias, mesmo redigidas na já maturidade intelectual e num quadro de então frustração política de um monarquista nos dão alguns detalhes da expansão desta rede. O Nabuco de 1890 não era, de fato, o mesmo que viajou à primeira vez para a Europa, o que nos faz refletir que o que ele escreve e seleciona, não é exatamente o que ele fez. De qualquer forma, o documento nos dá pistas acerca das relações existentes.

Importante aqui é dizermos que tanto Nabuco de Araújo, quanto Paranhos tiveram nos seus filhos, biógrafos dedicados. Joaquim Nabuco escreveu sobre o pai e ao compartilhar com Paranhos Júnior os manuscritos do “*Um Estadista do Império*” viu o Barão do Rio Branco pedir a omissão do fato de seu pai, o Visconde do Rio Branco, não teria sido a primeira opção do Imperador para formar o Gabinete 7 de março, responsável dentre outras realizações, pela Lei do Ventre Livre<sup>17</sup>. O Barão do Rio Branco considerou desonroso para o pai aceitar o mais importante cargo político de sua vida, depois do Imperador ter feito duas tentativas fracassadas e não quis que isso “ficasse para a História”. Já Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, por exemplo, teve três filhos; dois homens e uma mulher. Dos dois filhos homens um morreu muito jovem, com pouco mais de trinta anos, e o outro não se engajou na política e nem na empreitada de escrita biográfica. Sua filha, Carlotinha, acabou casando-se com José Caetano de Andrade Pinto, mordomo do Imperador e conselheiro do Império; e era

---

<sup>16</sup> NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, (Obras Completas, selecionada e anotada por Luiz Camilo de Oliveira Neto), 2ª. Edição, São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPÊ), 1947, 221p.

<sup>17</sup> Ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Joaquim Nabuco e a História Política do Império”, Introdução Geral, NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, Op. cit., pp. 13-34.

ela quem se reunia diariamente com o pai, organizando seus papéis diplomáticos e a sua correspondência<sup>18</sup>. Porém, o fato de se tratar de uma mulher (não podemos esquecer-nos do período que estamos tratando), fez com que seu trabalho não tivesse a mesma importância atribuída a outras semelhantes tentativas.

Durante muito tempo, o período posterior à proclamação da República foi visto de maneira distorcida. O próprio termo “República Velha”, já aponta para uma interpretação que acredita que esse momento foi um fracasso político, “*um experimento que não fez jus nem a seu passado imperial, nem a seu futuro da pós-Revolução de 1930*”(GOMES, 2004. P.41)<sup>19</sup>.

“Uma fórmula que, não por acaso, foi sustentada e propagada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920 a 1940, com destaque para os anos do Estado Novo. (...) Nessa República, não se teriam realizado os projetos mais caros aos liberais avançados do fim do século XIX, além de ter havido excessos na fórmula federativa adotada.”(GOMES, 2004. P.41)<sup>20</sup>

Nossa tentativa aqui é justamente demonstrar o equívoco dessa interpretação, e apontar para apenas uma das muitas estratégias utilizadas, a escrita de biografias, no sentido de formação de identidades políticas a partir do reforço de relações de sociabilidade do Império já na República. Escrever a vida de seus pais reforça os seus laços sanguíneos e políticos com homens de grande importância política e por isso a biografia como glorificação é fundamental. Constrói-se uma memória familiar específica, intensificam-se os laços com essa memória já modelada, que exalta o que lhe convém, e assim fortificam-se relações simbólicas fundamentais na política. A escrita biográfica assim aparece como pilar de

---

<sup>18</sup> Ver: MENDONÇA, Renato. *Um Diplomata na Corte de Inglaterra*, 1ª. Edição de 1942, 2ª. Edição, Brasília: Edições do Senado Federal, volume 74, 2006.

<sup>19</sup> GOMES, Ângela de Castro. "Rascunhos de História Imediata: de Monarquistas e Republicanos em um Triângulo de Cartas", in *Remate de Males*, n. 24. Campinas, Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2004. Página 41.

<sup>20</sup> IBIDEM.

formação identitária dos filhos a partir dos pais, assim como a manutenção de relações afetivas iniciadas pela geração anterior.

Voltando a biografia de Taunay, é interessante como a intenção de glorificação é evidente (tanto pelo próprio Taunay como nos capítulos escritos ou reescritos pelo seu filho), embora em determinados momentos, demonstre preocupação em dar valor de verdade à biografia, como algo que mesmo que pudesse ser influenciado pelos sentimentos, já que estes são amigos, trata-se de um trabalho “sério”, a ponto de transcrever correspondências, que seriam “provas”, instrumentos de legitimidade do seu discurso. Para o autor, obviamente, a glorificação é verdadeira, mas mesmo assim preocupa-se em deixar “claro” aos seus leitores o valor de seus escritos:

“(…) De propósito, quis, entretanto, deixar bem indicada a época em que externei aquelas impressões, vendo nisso o cunho da verdade, que o escritor consciencioso deve buscar imprimir aos seus trabalhos.(TAUNAY, 1930. P.16)<sup>21</sup>

No esboço biográfico que adiante se verá, fui exagerado, simples economista, thuriferador do homem no poder ou obcecado pelos sentimentos da admiração e da amizade? Não; disso tenho plena consciência. O visconde do Rio Branco está hoje julgado. (TAUNAY, 1930. P.31)<sup>22</sup>

Aliás, bem desculpável fora de mim qualquer sentimento de parcialidade, pois serve-me de invencível estímulo a recordação do quanto me estimulava o visconde do Rio Branco e do alto conceito que de mim fazia, depositando na minha pessoas esperanças exageradas, e filhas, de certo, de uma amizade, que, ia cada vez mais, tomando vulto e enraizando-se.

Tenho que dar provas, e da-las-ei sem vacilação alguma, transcrevendo da correspondência, que largos anos com ele troquei.”. (TAUNAY, 1930. P.32)<sup>23</sup>

Interessante como as correspondências aparecem como provas. Tal constatação carrega consigo ideias que conjugam verdade, história e cartas como fontes ainda no final do século XIX e começo do século XX, vinculando verdade e intimidade.

---

<sup>21</sup> TAUNAY, Visconde de. *O Visconde do Rio Branco (Glória do Brasil e da Humanidade)*. São Paulo: Melhoramentos. Segunda edição; 1930. Pág.16.

<sup>22</sup> IDEM. Pág.31.

<sup>23</sup> IDEM. Pág. 32.

A biografia passa por uma exaltação não somente do próprio visconde, mas também dos conservadores em geral, além das “grandes realizações” do gabinete 7 de março, presidido por Paranhos:

“(…) Necessidade que nós, conservadores, temos da união e cordialidade de relações, que nos tem feito tantas vezes triunfar e tamanho ciúme causam aos nossos adversários.”<sup>24</sup> (TAUNAY, 1930. P.16)

Portanto, ao trabalhar com tal biografia, deve-se atentar para essas questões de intencionalidades, explícitas ou não, já que o próprio trabalho biográfico como é feito na maioria das vezes, acaba por ser um trabalho que preza pela construção ou pelo cuidado com a memória que ficará para a História do biografado, e assim, cabe ao historiador enxergar como se dá tal processo.

O método indiciário, proposto por Ginzburg, transforma-se em fundamental, pois a partir da observação dos indícios e pistas que os documentos oferecem, podemos refletir sobre a História de forma mais complexa. Carlo Ginzburg<sup>25</sup> articula uma reflexão sobre este paradigma indiciário (segundo ele milenarmente utilizado pelo saber prático de caçadores), que foi retomado por alguns pensadores e pesquisadores da virada do século XIX para o XX. Ginzburg ressalta a importância da formação médica, que trabalha com o  *sintoma*  que dá  *pistas*  e  *indícios*  a serem pesquisados (também e inclusive) pela  *intuição* . Estes procedimentos epistemológicos de fins do século XIX aparecem, segundo ele, no romance policial de Conan Doyle (que tinha formação médica), no método de classificação/identificação do crítico de arte Giovanni Morelli (médico) e a interpretação psicanalítica do médico neurologista e psiquiatra Sigmund Freud, fundador da psicanálise.

---

<sup>24</sup> IDEM. Pág.16.

<sup>25</sup> Ver: Carlo Ginzburg. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, In *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 281 p.; pp. 143-179.

Tais procedimentos propõem um método heurístico centrado nos *dados marginais*, nos *detalhes* e nos *resíduos*, que, manifestados involuntariamente, são considerados reveladores, pois implicam, geralmente, um movimento constante de reincidência e repetição.

Atentar para essas relações de amizade manifestas nas biografias, presentes em pequenas partes do texto muitas vezes, nos possibilita entender as afirmações e perceber as intencionalidades relacionadas à preservação da memória, assim como ao construir uma biografia, estar atento a detalhes, que necessitam muitas vezes de sensibilidade e até mesmo (porque não?) intuição, proporcionam uma História mais comprometida com a totalidade humana. O racionalismo científico não deve ser desconsiderado, mas a atenção dada ao detalhe e aos sintomas por meio da sensibilidade interrogativa deve ser agregada à pesquisa histórica, principalmente quando se trata de indivíduos e suas trajetórias.

Enfim, as fontes históricas, sejam biografias, cartas ou discursos, importantes na nossa reflexão, não devem ser vistas como portadoras da verdade, nem como enormes máscaras da realidade. O historiador deve estar atento aos seus nuances e possibilidades, às pistas que ele oferece.

Por fim, essa pequena introdução teve como objetivo apenas iniciar algumas breves ponderações que dialogaram com os questionamentos principais dessa pesquisa, que iniciaremos a seguir.

## Capítulo 1:

### Locais de inserção política a partir de José Maria da Silva Paranhos: muito além dos partidos tradicionais e dos Bacharéis.

Este primeiro capítulo tem como objetivo refletir sobre alguns dos locais de inserção na sociedade política no Segundo Reinado a partir da trajetória do nosso personagem: o Visconde do Rio Branco. Além disso, entender como estes eram também lugares de exercício do próprio poder.

Falemos primeiramente do próprio visconde. Jose Maria da Silva Paranhos nasceu na Bahia, dia 16 de março de 1819. Sua mãe, chamada Josefa Emerenciana, se uniu a Agostinho da Silva Paranhos, seu pai, depois de ter se separado de João da Silva Telles, que haveria voltado a Portugal. O elemento português sempre foi muito presente nos laços parentais de Paranhos, já que a família de sua mãe era portuguesa (assim como seu primeiro marido) e seu pai também era importante comerciante português.

Sobre a infância de Paranhos, Lídia Besouchet faz, na biografia do visconde, importantes considerações. Embora seja uma obra antiga (foi publicada na Argentina, em 1944) e conseqüentemente tenha marcas de um trabalho historiográfico de tal época, Besouchet já aponta para fatores psíquicos da formação de Paranhos, mesmo que por vezes seja determinista<sup>26</sup>. Atenta para o fato de a infância imprimir decisivas características na personalidade, mesmo que mais preocupada com as influências sociais do que as familiares e afetivas.

---

<sup>26</sup> Em alguns momentos, Lídia fala de uma “secura de coração”, presente em todos os homens do Império, graças as condições de uma “infância truncada e uma juventude sem rédeas”. BESOUCHET, Lídia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco - Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985. Pág. 16.

Embora sua vida tenha sido construída no Rio de Janeiro, local para onde veio ainda jovem, Jose Maria sempre cita a Bahia, sua terra natal, com certa saudade e carinho, em suas cartas e até discursos, e talvez essa seja uma questão da sua infância, já que foi na Bahia onde ele passou essa fase, que mais aparece em sua vida adulta. Abaixo, uma transcrição de uma carta destinada a Nabuco de Araújo, onde favores políticos são pedidos, e ser baiano faz parte do jogo de convencimento, já que ambos vinham dessa terra e por isso deveriam dar especial atenção a quem também fosse filho da Bahia.

“Exmo amigo e colega,  
Estimarei que lhe fosse bem a festa de ontem à noite: eu há essas horas estava debaixo das minhas tantas lãs, e ainda não estou bem.  
Exmo causou reparo que V. Ex processe a todas as secretarias de policia (todas ou quase todas), e não o fizeste a respeito da Bahia, de que é filho, a que pertencem mais dois dos seus colegas.  
Exmo! Acabe com isso! Hei que as queixas de Cansansão não dizem respeito aos empregos subalternos como esse a que me refiro.  
Tire o meu afilhado das cólicas em que está, e lembre-se bem de que ele não quer senão o lugar de oficial interno.  
Ande, meu Cons. Colega: sirva com a sua bondade e poder a dois, e especialmente a este...  
Seu colega e amigo...  
J M da Silva Paranhos”  
25 de março de 1857.”<sup>27</sup>

Paranhos filho, em anotações ao livro de Taunay, relata que após a entrada de forças portuguesas na Bahia, seu avô, antes importante comerciante, perdeu grandes cabedais, e após a sua morte, teve sua fortuna transferida ao seu credor e irmão, tio de Jose Maria. Paranhos perde o pai muito cedo, com apenas três anos, e pelo que indicam as biografias, teve como figura paterna seu tio materno, Gomes Barreiros. Filho de Paranhos, o Barão do Rio Branco, ao escrever a biografia do pai, aponta para a importância deste tio na formação

---

<sup>27</sup> Em: PARANHOS. Temporalidade Histórica: 1854 – 1857. IHGB n°: DL 365. 5.  
PARANHOS. Convenções Diplomáticas. IHGB n°: DL 365. 8.

intelectual deste, afirmando ser Barreiros “*homem de vastíssima ilustração*” (BESOUCHET, 1985. P.25)<sup>28</sup>.

Interessante como a mãe de Jose Maria é geralmente uma figura apagada nas biografias. Numa época onde a mulher tinha papel secundário na sociedade, uma mãe que foi casada, separou-se, enviuvou do pai de Paranhos e após tal fato, ainda tem uma filha com o juiz de órfãos Luis Paulo de Araújo Bastos, o Barão de Fiais, talvez não interessasse aos seus biógrafos. Muito melhor é ressaltar que, após a perda precoce e traumática do pai e sua fortuna, o “pobre órfão” conseguiu, pelos próprios méritos, galgar a ascensão social. Talvez por causa da conturbada vida amorosa de sua mãe, os biógrafos façam questão de ressaltar a falta de dúvidas no que diz respeito à Jose Maria ser “filho legítimo”, além do que apresenta Lúcia Besouchet:

“Segundo seus biógrafos mais autorizados – Taunay, Alvarenga Peixoto, Tobias Monteiro, Muniz Barreto, Moreira de Azevedo -, Paranhos era sem dúvida “filho legítimo” de Agostinho da Silva Paranhos e de sua esposa, D. Josefa Emerenciana Barreiros. A insistência com que se tratou da dúvida sobre sua filiação talvez possa ser explicada por dois motivos. Primeiro, porque, na época, era um conhecido método de ataque; e em segundo lugar, o argumento era consequência da tradição de filhos naturais, existentes nas melhores famílias.” (BESOUCHET, 1985. P.16)<sup>29</sup>

Com a morte do pai, e talvez por não possuir vínculos de grande afetividade com a sua família paterna (já que o tio foi muito responsável pela ruína financeira); Paranhos vai para o Rio de Janeiro, em 1835, viver com o irmão de sua mãe; o coronel de engenheiros Euzébio Gomes Barreiros, e passa a estudar, já em 1836, na Academia da Marinha, indo depois para o curso de Engenharias na Escola Militar, concluindo seus estudos em 1841. Atuou como professor em ambas as escolas, graduado em ciências matemáticas. Nessa época, entra para a maçonaria, como nos conta Hermes Vieira:

---

<sup>28</sup> BESOUCHET, Lúcia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco - Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985. Pág.25.

<sup>29</sup> IDEM. Pág.16.

“Ter-se-á aproximado de algum político maçom, sendo de supor haja essa aproximação ocorrido entre dezembro de 1839 e começos de 1840, quando acreditamos tenha ele se filiado à loja Constituição Maçônica, provavelmente persuadido de que em seu meio encontraria o apoio de que necessitava para a escalada que pretendia empreender.” (VIEIRA, 1991.)<sup>30</sup>

Diferentemente da grande maioria dos Grandes Homens do Império, não cursou Direito, excluindo-o de um local de sociabilidade que seria importante, mas que a maçonaria e até o jornalismo, área que também se insere, substituiriam muito bem. A própria inserção no meio técnico, já que se forma engenheiro, também o faz penetrar em um contexto extremamente importante, em um período de crescente valorização do pensamento científico. Falaremos com especial atenção desse campo posteriormente.

Interessante que, talvez por não ser um bacharel em Direito, raramente cita autores em seus discursos, ao contrário dos seus amigos de tal área, como o próprio Nabuco. Com exceção de um discurso para a entrega de uma medalha honorária à Antonio de Paula Freitas, na Escola Politécnica, onde carregado de religiosidade cristã e patriotismo (*Não faltam aqui grandes impulsos de virtude cristã e de esclarecido patriotismo...*) cita Augusto Comte (*Teoria histórica dos Estados*) e Pascal<sup>31</sup> com fervor, as citações são raríssimas.

Com uma formação técnica, Paranhos mesclou talento individual, auxílio do seu tio, as boas relações mantidas pela maçonaria e pelas boas oportunidades que se apresentaram para subir, ou como diria Quintino Bocaiúva, “escorregar para cima”<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1991. 484 p. (Coleção coroa vermelha, v. 22).

<sup>31</sup> EM: *Discurso proferido na presença de ss.mm.ii. em sessão de 13 de novembro de 1877 do Instituto Polytechnico brasileiro pelo visconde do Rio Branco*. Localização: BN - Obras Raras. 39, 11, 7.

<sup>32</sup> Ver: BESOUCHET, Lúcia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco - Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985. Pág. 62.

Voltando a sua trajetória, com o fim de seus estudos, insere-se no jornalismo, escrevendo para *O Novo Tempo*, e posteriormente para o *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*. Aliás, o jornalismo pode ser visto como algo de extrema importância para a trajetória de Paranhos. Diferentemente de nomes como Francisco Ignácio Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, que se casou com ninguém menos que a sobrinha-neta de José Bonifácio (Paranhos casa-se em 1842, com a D. Teresa de Figueiredo Faria, irmã de um amigo seu da Marinha, nascida no Rio de Janeiro e filha de um negociante português<sup>33</sup>), e por não pertencer a uma família de grande nome na política, o jornalismo fez parte de uma espécie de estratégia de inserção política, e a partir de seus escritos pôde fazer deste um lugar de sociabilidade interessante, assim como foi, para ele, a maçonaria. Não podemos também ceder à ingenuidade de acharmos que Jose Maria da Silva Paranhos vinha de uma pobre família e conseguiu subir graças apenas ao seu esforço e estratégias mesmo numa sociedade sem grande mobilidade: embora sua família não fosse tradicional politicamente, seus ascendentes paternos foram fortes comerciantes na Bahia, e seu tio materno, que o acolheu no Rio de Janeiro, militar de importância. Aliás, mesmo que tenha desembarcado no Rio de Janeiro ainda jovem, e que sua família paterna não tenha sido tão presente, não se pode negar a influência desses mercadores que

“Com aplausos públicos e menções honrosas nos documentos oficiais do tempo, auxiliaram eficazmente a inteligente administração do Governador Conde dos Arcos, concorrendo para os muitos melhoramentos materiais e morais, que ele soube oportunamente introduzir.” (BESOUCHET, 1985. P.18)<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> O casal teve 9 filhos: “José Maria da Silva Paranhos, posteriormente o Barão do Rio Branco; Maria Luísa, que fugiu de casa para se casar com José Bernardino da Silva, de origem humilde; Amélia, que se casou, em 1875, com Pedro Afonso Ferreira, bacharel em direito; Maria Honorina; Pedrinho, que era paraplégico; Augusta Amélia, casada com Luís Cavalcanti, ambos morrem de tuberculose; João Horácio, que entrou para o exército em 1880; Luisa que também morreu de tuberculose; e Alfredo, boêmio, foi morar com a mãe em Paris em 1894, morreu de congestão pulmonar.” FONSECA, Brenda Coelho. *Trajetória e ascensão social de Jose Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851)*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, na Universidade Estadual do Maranhão. 2007.

<sup>34</sup> BESOUCHET, Lúcia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco - Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985. Pág.18.

O casamento era uma maneira de galgar socialmente, através da criação de novas redes de relações, mas sem dúvida, e José Murilo<sup>35</sup> já aponta para isso, o jornalismo também foi uma forma, no Império, de criar relações que permitissem inserção política, principalmente para aqueles que não vinham de uma parentela com tradição na área. De família comerciante e militar, precisou de estratégias que o penetrassem nessas redes de sociabilidade, e tais passaram pela maçonaria, pelo jornalismo, etc. A partir da criação de relações políticas e afetivas através destes, as manteve, utilizando, por exemplo, a correspondência, que acabou se tornando mais um local de manutenção de relacionamentos importantes, como veremos no capítulo a seguir.

Devemos ressaltar aqui que a importância do jornalismo relaciona-se com seu lugar na sociedade. Não podemos entender a imprensa isolada das relações sociais existentes no período. Devemos entendê-la como uma rede, onde as informações circulavam para além do espaço impresso e escrito. Os letrados dessa sociedade relacionavam-se com múltiplos setores da população e estes interagiam entre si<sup>36</sup>, obviamente.

---

<sup>35</sup> Ver: FONSECA, Brenda Coelho. *Trajatória e ascensão social de Jose Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851)*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, na Universidade Estadual do Maranhão. 2007.

<sup>36</sup> Em correspondências trocadas entre Paranhos e o Visconde de Abaeté, há uma evidente preocupação com o que sai na Imprensa, pois isso pode influenciar a opinião pública:

“No "três de maio" que ontem publicou-se e acha-se reproduzido o artigo da "Pátria", que com odiosos comentários dão noticia de ter sido açoitado nos Mendes um crioulo forro por alguns norte americanos ao serviço da estrada de ferro Pedro II .V Ex., pois, permitir-me-á que eu chame a sua atenção sobre este objeto, e sobre as providências que lembrei a V. Ex. na minha confidencial reservada com data de ontem, *a fim de que a opinião publica não se desvaire (...)*” Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1858.  
Grifo meu.

“Os americanos procederam barbaramente, açoitando o mulato, e atirando três vezes sobre ele, que fugia, e se ele é cidadão brasileiro, o caso torna-se muito grave. Convêm, pois, examinar quanto antes quais os direitos do mulato, e exigir uma satisfação, se ele for cidadão brasileiro.

O crime cometido deve ser punido pelas autoridades territoriais, cujo procedimento também cumpre investigar qual fosse, ainda que pareça desde já ter sido muito pouco sensato a vista das prisões que tentaram fazer sem realizá-las, apesar do aparato da força. (...)

Devem tomar-se quanto antes todas as medidas, que as circunstancias reclamarem, e *conviera que os jornais não deem tão desagradáveis noticias, sem que ao mesmo tempo publiquem as providencias do governo.*”  
Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1858.

Grifo meu. PARANHOS. Temporalidade Histórica: 1854 – 1857. IHGB n°: DL 365. 5.

“A noção de que a imprensa do século XIX era “elitista” em geral está implícita em outras abordagens sobre o assunto e chega a tornar-se lugar comum. Mas tal visão, em nosso entender, pode ser relativizada, na medida em que não nos parece possível compreender a imprensa, mesmo a periódica, isolada da sociedade. A imprensa (...) influenciava e era influenciada por vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão dupla, numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassam o espaço impresso. As chamadas *elites culturais*, isto é, as letradas e com acesso aos instrumentos da divulgação impressa, se relacionavam com diferentes setores da população, socialmente abaixo ou acima delas. Aceitar que havia um fosso irrecuperável e intransponível entre tais elites intelectuais e o restante da sociedade é, de algum modo, reproduzir acriticamente a própria condição que aquelas a si mesmas atribuíam, de qualitativamente superiores e apartadas da “massa inculta” ou da “aristocracia ignorante”, numa forma de distinção típica dos herdeiros da Ilustração. Distinções havia, decerto, mas isso não elimina as interações sócias que se estabeleciam, formalmente ou não.” (MOREL, 2003.)<sup>37</sup>

Voltando à Paranhos: enquanto escrevia para *O Novo Tempo*, jornal com tendências liberais, Paranhos foi eleito deputado provincial no Rio de Janeiro, em 1845, pelo Partido Liberal, que nesse momento, era a situação. A partir daí

“Foi designado ao cargo de secretário da Província do Rio de Janeiro, e em 1847, nomeado vice-presidente da mesma província, porém o presidente Visconde de Sepetiba, eleito senador, deixou a presidência e Paranhos acabou assumindo a província de maio a setembro. Contava ele 28 anos de idade. Já em 1848, entrou para o Correio Mercantil, jornal também ligado ao Partido Liberal. Nesse mesmo ano, é nomeado Catedrático da cadeira de Artilharia e Fortificação da Escola Militar”<sup>38</sup> (FONSECA, 2007).

Ingressa em 1847 na carreira do magistério, sendo elevado a lente catedrático do 6º ano na Escola Militar, onde poucos anos antes havia estudado. Permaneceu no cargo até 1863, ensinando as disciplinas de aritmética, artilharia e fortificações permanentes, mecânica, economia política, estatística e direito administrativo.

Também em 1847, foi nomeado oficial da Ordem da Rosa, o que na época funcionava como um elemento de distinção. Por intermédio das ordens, estabeleciam-se laços

---

<sup>37</sup> MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>38</sup> FONSECA, Brenda Coelho. *Trajatória e ascensão social de Jose Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851)*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, na Universidade Estadual do Maranhão. 2007.

de fidelidade, desde o período colonial (embora a Ordem da Rosa especificamente seja de 1829), onde se premiava todo tipo de serviços, gerando um largo grupo de condecorados. Pertencer a esse grupo era um capital político e uma distinção social importante. Tais mercês eram sinais que demonstravam para um tipo de relação, estabelecida no interior do Estado, que se estabelecia nos favores e até mesmo no conhecimento pessoal:

“Isto porque todo candidato ao recebimento de uma comenda apresentava um rol de serviços prestados ao Estado e, mediante isso, requeria um hábito de uma das ordens. Existia uma regra geral de quem poderia ou não solicitar um hábito, mas o imperador poderia, de acordo com o seu desejo, dispensar o candidato das exigências. Assim, tornava-se muito importante os laços de parentesco e as redes de conhecimento da pessoa.” (SILVA,2011.)<sup>39</sup>

Foram criadas outras ordens honoríficas para além das três Ordens Militares portuguesas iniciais, sendo essas “mercês”, instrumentos que uniam os desejos de ascensão hierárquica e de distinção, com o intuito de se estabelecer os benefícios da lealdade e do vínculo de fidelidade. Tratava-se de um rito onde ambos os lados se beneficiavam: a Coroa e o condecorado, pois, enquanto a primeira fortalecia laços de fidelidade, o segundo angariava benefícios materiais e principalmente simbólicos, de distinção, assegurando o pertencimento às camadas mais prestigiosas da sociedade. A nobilitação via ordens foi, então, tanto um desejo dos homens “poderosos” quanto uma estratégia do imperador para assegurar seu poder. Isto porque, a prerrogativa de conceder comendas, mantinha nas mãos de D.Pedro um instrumento fortemente almejado e o qual ele poderia utilizar de acordo com seus interesses e vontade.

As duas principais Ordens do Segundo Reinado eram: A Ordem Imperial do Cruzeiro, que possuía quatro categorias hierárquicas (cavaleiro, oficial, dignitário e grão cruz) e a Ordem da Rosa, que possuía seis gradações diferentes (cavaleiro, oficial, comendador,

---

<sup>39</sup> SILVA, Camilla Borges da. *As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

dignitário, grande dignitário e grão cruz). Existiam também as Ordens de Santiago, de Cristo e de São Bento de Aviz. Em todo o Segundo Reinado foram distribuídas mais de 30.000 comendas.

Com apenas 28 anos, Paranhos, como já foi dito, recebe por decreto a mercê de Oficialato da Ordem da Rosa, referendado por Paula Souza. Mas essa seria a primeira de muitas recebidas em sua vida, como por exemplo, grão cruz de Santana de 1ª classe da Rússia, e as insígnias de dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro, além de se tornar comendador da Ordem da Rosa, pós atuação na Região do Prata. Além disso, foi grão cruz da ordem francesa da Legião de Honra, das ordens portuguesas da Vila Viçosa e de Cristo, da ordem russa da Águia Branca, da ordem austríaca de Leopoldo (de 1ª classe), da ordem espanhola de Carlos III e da ordem italiana de S. Maurício e S. Lázaro.

Nas imagens deixadas do Visconde<sup>40</sup>, percebemos o uso das diversas medalhas e faixa, que faziam parte dos elementos de distinção.

“O Grão Cruz utilizava, além do manto e da medalha, uma faixa relativa à sua Ordem. Os Comendadores utilizavam o manto e a medalha que pendia do pescoço em uma fita de cetim. As medalhas utilizadas pelos Grão Cruzes e Comendadores eram maiores e mais luxuosas que as dos Cavaleiros, sendo que estes últimos poderiam usar apenas a medalha e o manto, sem nenhuma faixa. O manto das três graduações, por sua vez, recebia um bordado indicativo do pertencimento à Ordem. Os bordados dos Grão Cruzes e dos Comendadores recebia um coração, como signo distintivo de sua posição, o que era proibido aos Cavaleiros.” (SILVA, 2011.)<sup>41</sup>

Começada a década de 50, porém, Paranhos passa a escrever para o *Jornal do Comércio* (jornal conservador), sai do Partido Liberal e inicia sua carreira política entre os conservadores, que neste momento, era a situação atual. Tal mudança está inserida num contexto de maioria na Câmara dos Deputados do Partido Conservador, o que possibilitou

---

<sup>40</sup> Ver Anexo 1.

<sup>41</sup> SILVA, Camilla Borges da. *As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

uma bem sucedida centralização monárquica, através da política de conciliação. Assistimos, graças ao sucesso da centralização monárquica e da política conciliatória, a um discurso que pretende diminuir as diferenças entre os partidos, demonstrando mais semelhanças. De fato, após 1850, observamos um movimento que caminha mesmo para esta direção no que diz respeito à prática política. Esta ideia é muito presente na fala de Paranhos anos mais tarde, e também daqueles que escrevem sobre ele. Tal concepção, dentre outros fatores, poderia ser uma tentativa do Visconde em legitimar suas atitudes reformistas, mesmo pertencente ao Partido Conservador, assim como se defender daqueles que o acusavam por ter sido do Partido Liberal no início da sua vida política.

“A queda dos liberais em 1848 não implicara uma derrota definitiva em relação à orientação da política oficial. A influência do liberalismo, no que tinha de positivo, no sentido de transformação de ordem social, era aproveitada ainda pelo imperador. As opiniões de Paranhos, explanadas no jornal conservador, eram essencialmente liberais e por isso despertaram a atenção dos dirigentes de ambos os lados. Em contrapartida, a diferença entre os dois partidos maiores já era então mais formal que afetiva; seus dogmas quase se confundiram e seus dirigentes se diferenciavam pouco no comportamento público; a separação nascia mais de antagonismos e desinteligências pessoais que de princípios.” (BESOUCHET, 1985. P.68)<sup>42</sup>

Ilmar Rohloff<sup>43</sup>, porém, atenta para a relação hierárquica que se estabeleceu entre conservadores e liberais, após a reação monárquica, que de fato colocou o Estado Imperial numa direção definida pelo Partido Conservador e, principalmente, pelos Saquaremas. A inclusão dos Luzias se deu de uma forma hierárquica, demonstrando as diferenciações entre as visões de Casa; Rua e Governo existentes na sociedade brasileira do período.

“O poder os embaraça e os confunde: o certo seria dizer que, no poder, nada separa um saquarema de um luzia, mas o poder, na verdade, tem outra estrutura, independente do jogo cênico dos partidos em revezamento no ministério.” (MATTOS, 2004.)<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> BESOUCHET, Lúcia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco - Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985. Pág. 68.

<sup>43</sup> Em: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

<sup>44</sup> IBIDEM.

Assim, os liberais, de um lado, tentam assegurar ao poder local o direito de eleger representação, já os conservadores, dominando o Conselho e o Senado, controlam também a Câmara, fazendo e desfazendo eleições.

Neste jogo entre partidos, sob a tutela atenta do Imperador, percebemos que as relações entre estes se deram de forma complexa, envolvendo não somente ideologias, mas redes de sociabilidade, amizades e afetos. A política imperial se construía não apenas a partir do pertencimento partidário, mas também através das famílias, amizades, instituições como a maçonaria, etc.

Sendo assim, a constituição de um ministério de conciliação (que o visconde do Rio Branco fez parte) acabou por consolidar a hegemonia basicamente conservadora. Liberais e conservadores se revezariam no poder, com 21 gabinetes liberais e 15 conservadores, porém sendo os conservadores mais longos: foram 19 anos e 5 meses liberais contra 29 anos e 9 meses dos conservadores no poder. Aliás, o gabinete que mais nos interessa aqui e que veremos mais a fundo no terceiro capítulo, o 7 de março, presidido por Rio Branco, e que encabeçou as reformas, foi o mais longo de todo o Império, cerca de 4 anos.

Envolto pelo liberalismo da época, influenciado pela maçonaria, mas também pertencente a uma conservadora família portuguesa da Bahia, Paranhos acabou por conjugar em sua trajetória ambas visões políticas. Assim, sua ida para o partido Conservador, bem como sua permanência nele até o fim da vida, foi possibilitada graças a essa união de valores, por vezes, de aparência contraditória, mas só aparência. No contexto apresentado, inserir-se entre os conservadores apresentou-se como opção mais proveitosa, e isto só foi possível graças ao seu “espírito conciliador”, que já demonstrara desde *O Novo Tempo*, além da rede de amigos que construiu e manteve no decorrer dos anos. Alguns de seus biógrafos atentam para o fato de que o afastamento dos liberais estava relacionado também com a participação

de alguns de seus membros na revolta da Praieira, pois condenava a utilização das armas, diante a uma comum troca dos partidos no poder.

É mais ou menos nesse período, que antecede a conciliação tratada acima, que Paranhos escreve as *Cartas ao Amigo Ausente*<sup>45</sup>, no *Jornal do Comercio*, onde utiliza um pseudônimo para falar do cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. Nessas crônicas, mostrava-se preocupado com a situação do Prata e sua a instabilidade política, além de tratar da política inglesa com relação ao tráfico, teatro, festas, a febre amarela, escritores, arquitetura... Enfim, fazia um apanhado geral sobre a semana na capital.

Tais cartas narravam a vida da Corte, e é evidente sua preocupação com os problemas materiais do país e seu progresso. Muito pela sua formação, claro. Alguns autores estudiosos das relações entre literatura e jornalismo, chegam a apontar Paranhos como um dos precursores da crônica social no Brasil, não chegando a ser um texto tão descontraído como os de Machado de Assis e José de Alencar, mas de certa maneira antecipam a forma que será utilizada.<sup>46</sup>

Nas *Cartas*, muitas vezes fala em conciliação, demonstrando ser, de forma proposital ou não, um homem acima da luta partidária. Na vigésima terceira carta, chega a dizer que as paixões dos partidos e seus caprichos fazem com que as estradas e indústrias das províncias acabem esquecidas ou administradas de forma displicente. O progresso estaria para ele acima da disputa política e o meio para alcançá-lo seria o investimento na modernização.

“A fala do trono, seja ou não seja mais do que o pensamento ministerial, ressumbra, em cada uma de suas palavras, o pensamento de uma política eminentemente conciliadora, eminentemente protetora dos interesses morais e materiais do país, que se contém nos três símbolos que acima indiquei, e que até hoje não têm merecido o

---

<sup>45</sup> Em: PARANHOS, José Maria da Silva. *Ao amigo ausente* (1850-1851). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1953. Originalmente publicados no *Jornal do Comercio*.

<sup>46</sup> Ver: EWALD, Ariane P. *Crônicas Folhetinescas; o Renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu da república, 2005.

empenho principal e predileto de nenhum ministério. As paixões dos partidos, seus velhos preconceitos e caprichos nos têm até agora levado pelos andurriais da metafísica social, que uns apelidam de conservadora ou ordeira, e outros de reformista ou liberal. E as estradas, os canais e a indústria das províncias aí estão, ou esquecidas, ou entregues à ação fraca e disparatada das assembleias provinciais, que obram quase sempre sem atenção às conveniências gerais, sem atenção à unidade nacional, que muitas vezes erram ou por paixão ou por espírito de patronato, mas que também não recebem do centro um impulso que lhes faça seguir pela verdadeira direção, nem uma luz que lhes alumie o caminho.

Enquanto uns sonham com a reforma desta ou daquela instituição política, e outros não dormem para vigiá-la e só cuidam de pôr lhe bons contrafortes, os agricultores dão-se aos diabos porque as chuvas lhes embargam os gêneros nas estradas, os consumidores porque compram por dez o que lhe custaria cinco se não fora aquele motivo; as nossas minas jazem desprezadas ou desconhecidas; os nossos rios e sertões conservam-se virgens e inúteis para a civilização; os costumes e sentimentos do povo se corrompem por falta de educação; a nossa mocidade não tem escolas e mestres hábeis que formem o seu coração, que cultivem o seu espírito, que lhe façam conhecer e amar o país, que enfim a leve pela senda da civilização com a rapidez das gerações europeias.<sup>47</sup>

Seus biógrafos fazem questão de salientar que, graças ao seu trabalho no *Jornal do Comercio*, o Marquês de Paraná o convidou para a missão do Prata. Obviamente que a valorização desta informação vai de encontro com a tentativa de construir uma memória acerca do visconde que o mostra como um homem que conseguiu subir graças ao seu talento. Porém, é fato que Paranhos segue para a missão, e embora não seja um diplomata propriamente dito, a partir daí inicia uma carreira nesta área, participando do Gabinete do Visconde do Paraná, em 1853, no chamado ministério de conciliação, na pasta da Marinha e como Ministro dos Negócios Estrangeiros (1855-1856), no gabinete Caxias (1856-1857), no gabinete Abaeté (1858-1859), no novo gabinete Caxias (1861) e no gabinete Itaboraí; sendo ainda consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1862 e 1864.<sup>48</sup> De 1863 até o

---

<sup>47</sup> PARANHOS, José Maria da Silva. *Ao amigo ausente* (1850-1851). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1953. Originalmente publicados no *Jornal do Comercio*.

<sup>48</sup> Exerceu os seguintes mandatos:

Vice-presidente de Província - 1846  
Presidente de Província - 1846  
Deputado Provincial - 1848  
Deputado Geral - 1848 a 1848  
Deputado Provincial - 1853 a 1856  
Deputado Geral - 1854 a 1856  
Deputado Geral - 1857 a 1860

fim de sua vida, foi Senador pela província do Mato Grosso. Em alguns momentos atuou também como Ministro da Fazenda, dentre outros cargos públicos.<sup>49</sup>

Interessante colocar que a morte de Paraná, em fins de 1856, deixou um vazio que acabou colocando Paranhos como um dos principais chefes do Partido Conservador.

Paranhos se coloca como um homem de ação interna e externa: combinou tais políticas em sua trajetória, de maneira que uma não se sobrepôs a outra, sendo peça

---

Presidente de Província - 1858 a 1859  
Deputado Geral - 1861 a 1862  
Senador - 1863 a 1863  
Senador - 1864 a 1866  
Senador - 1867 a 1868  
Senador - 1869 a 1872  
Senador - 1872 a 1875  
Senador - 1877 a 1878  
Senador - 1878 a 1880

Informações retiradas do sítio: [www.senado.org.br](http://www.senado.org.br). Acesso em: 12/04/13.

<sup>49</sup> Cargos públicos exercidos:

Ministro da Fazenda do XXV Gabinete do II Império  
Ministro Residente do Brasil em Montevidéu  
Ministro da Fazenda do XXV Gabinete do Império  
Ministro da Guerra do XXV Gabinete do II Império  
Ministro de Estrangeiros do XXIII Gabinete do II Império  
Ministro da Fazenda do XIV Gabinete do Império  
Ministro de Estrangeiros do XIV Gabinete do II Império  
Ministro da Guerra do XIV Gabinete do II Império  
Ministro da Marinha do XII Gabinete do II Império  
Ministro de Estrangeiros do XII Gabinete do II Império  
Ministro da Marinha do XII Gabinete do II Império  
Membro honorário da British and Foreign anti-slavery society, de Londres  
Presidente do Montepio Agrícola  
Presidente do Montepio de Economia dos Servidores do Estado  
Ministro de Estrangeiros  
Conselheiro de Estado  
Ministro dos Estrangeiros  
Ministro da Marinha  
Ministro da Fazenda  
Ministro Plenipotenciário  
Ministro Presidente em Montevidéu  
2º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros  
Presidente do Conselho Ministerial do XXV Gabinete do II Império.

Informações retiradas do sítio: [www.senado.org.br](http://www.senado.org.br). Acesso em: 12/04/13.

fundamental em episódios como a Guerra do Paraguai<sup>50</sup> (ele que organiza o Governo Provisório no Paraguai após a guerra) e também na aprovação da Lei do Ventre Livre, por exemplo. Aliás, o Visconde do Rio Branco recebe seu título de D. Pedro II após ter assinado o tratado de paz no fim da guerra do Paraguai, em 1870. De fato, foi um homem que circulou entre as diferentes esferas públicas.

Ao analisar os discursos<sup>51</sup> relacionados à política externa, podemos notar a preocupação com a questão da segurança das fronteiras, dos limites reconhecidos, do interesse nacional... O conceito de soberania nacional está ligado à independência, à manutenção de territórios, ao reconhecimento por parte dos outros países. Mesmo trabalhando com tais conceitos, não nega a possibilidade de intervenções quando "necessário". A atuação externa de Paranhos foi muito importante para a consolidação de uma política externa brasileira, porém aqui não nos focaremos nesses aspectos, pois estamos mais preocupados com a sua política interna, suas reformas e sua trajetória enquanto homem político, entendendo que este não está desvinculado de suas relações afetivas, familiares, corporativas e intelectuais.

Cabe aqui apenas ressaltar que muitas foram as realizações no âmbito “diplomático” encabeçadas por ele, como o tratado internacional de aliança entre o Brasil, Uruguai e as províncias rebeldes argentinas Corrientes e Entre Rios, seguido por outro com o Paraguai em 1851. Já em 1855, realizou a conclusão do dique da Ilha das Cobras, reformou o corpo de saúde da Armada e dos oficiais da fazenda e organizou as classes dos artistas dos navios de guerra a vapor. Ocupou novamente o cargo de ministro da Marinha, acumulando-o com o dos Negócios Estrangeiros. Em posse das duas funções, enviou uma missão

---

<sup>50</sup> Sobre a Guerra do Paraguai ver: SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 e DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>51</sup> FRANCO, Álvaro da Costa (Org.) *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no Parlamento Imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

diplomática ao Paraguai em conjunto com uma frota da Armada de guerra e obteve como consequência a assinatura de um tratado de Amizade, Navegação e Comércio em 6 de abril de 1856. Realizou também um tratado de aliança com a Confederação Argentina em 7 de março de 1856, dentre outra muitas conquistas.

Anos mais tarde, já em 1871, sob liderança do Partido Conservador, Paranhos preside o Conselho de Estado, acumulando os cargos de Ministro da Fazenda e da Guerra. Nesta época já era grão mestre da maçonaria. Foi através desse gabinete, o 7 de março, que desempenhou suas reformas liberais, e que sofreram oposição também dos liberais. E mesmo sendo um gabinete conservador, sofreu também oposição conservadora. A lei de 28 de setembro, a chamada Ventre Livre, por exemplo, era semelhante a defendida por Nabuco de Araújo em 1867, exceto na parte de indenização dos Senhores. Mas a reforma acaba nas mãos do gabinete conservador.

“Por hora, vale ressaltar que, em razão disso, os liberais – mas não o senador Nabuco de Araújo – colocaram-se contra a proposta. O significado de tudo isso e do próprio alcance da lei – que terminou aprovada, em termos de suas consequências -, na avaliação de Joaquim Nabuco, era que estava em jogo muito mais do que disputas partidárias, e sim tendências históricas mais profundas que se manifestavam fora do alcance das intenções e atos dos agentes sociais imediatos.” (SALLES, 2010. P.42)<sup>52</sup>

Não foi por coincidência que D. Pedro II escolheu Paranhos para presidir o gabinete que trataria do assunto da libertação e aprovaria a lei do Ventre Livre, mesmo que ele tenha sido a terceira escolha do Imperador (antes, Itaboraí, não tão especificamente para conduzir a reforma, e São Vicente, este sim, com a incumbência). As boas relações com integrantes do Partido Liberal, agora reformulado com ida de dissidentes conservadores como o seu amigo Nabuco de Araújo, e o fato de ser um dos grandes nomes do Partido Conservador, foram fundamentais. Ao mesmo tempo, porém, que isso foi elemento favorável,

---

<sup>52</sup> SALLES, Ricardo, “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), O Brasil Imperial, v. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010. Página 42.

também foi motivação para críticas de ambos os lados, principalmente de partidários mais ortodoxos. Enquanto os liberais acreditavam ter suas propostas “roubadas” pelo partido opositor, os conservadores não queriam tais reformas. Rio Branco foi escolhido também, e principalmente, por seu prestígio entre os conservadores. Lembrando que nas discussões do Conselho de Estado em 1867, ele havia se posicionado contra a reforma.

“Sem reconhecer que mudara de opinião completamente, Rio Branco se explicou. Não fora contra o projeto, apenas não via, na ocasião, necessidade da Reforma. Agora, as circunstâncias, principalmente internacionais, haviam mudado. Segundo suas próprias palavras, sua experiência como plenipotenciário do império, enviado ao Paraguai, em 1862, fora um importante, senão decisivo, fator para que reconhecesse esse fato. No Paraguai, tivera plena clareza da má impressão e do isolamento internacional que a manutenção da escravidão trazia ao império.” (SALLES, 2010. P.68)<sup>53</sup>

“Desagradava aos homens de seu partido, desagradava aos próprios abolicionistas radicais; mas colhia os resultados da propaganda realizada durante anos e anos, sem que nenhuma pessoa de boa fé pudesse chamá-lo de demagógico nem criticá-lo como escravista.” (BESOUCHET, 1985. P.166)<sup>54</sup>

Os laços partidários não o impediram de servir aos princípios maçônicos e à orientação imperial. Ideais liberais, política conservadora: tal dualidade acompanhou o Visconde do Rio Branco por toda sua trajetória e não só ele, mas uma série de estadistas. Joaquim Nabuco tem uma boa análise sobre essa mesma situação relacionada à seu pai, em *Um Estadista no Império*.

Nabuco de Araújo já tinha se dirigido para a oposição ao partido conservador desde o início da década de 1860. O documento abaixo trata da crise do gabinete Zacarias e a reestruturação do partido liberal:

“Ilmo Sr Conselheiro;  
Não tenho ido ver a V Ex com o receio de ser obrigado a prendê-lo em flagrante, visto que, segundo por ai dizem, V Ex está em conspiração permanente.

---

<sup>53</sup> IDEM, página 68.

<sup>54</sup> BESOUCHET, Lídia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco - Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985. Pág.166.

Diga-me se seus receios de absolutismo não vão a ponto de não querer que eu o visite. Se não há interdição, quando poderei vê-lo, sem perturbar as suas sessões liberais.

Sempre, apesar de tudo,  
Afetuoso colega, amigo e criado,  
Jose Maria da Silva Paranhos  
20 de agosto de 1868<sup>55</sup>

O documento acima nos faz refletir sobre uma influência diferente da que reforçamos neste trabalho. As relações pessoais, de amizade, servem de suporte e de elemento de coesão nas relações políticas e as afetam diretamente, como refletimos aqui, seja a partir de nomeações e colocações em cargos, como também em influências ideológicas e intelectuais. Nesse documento, vemos também o inverso, como as questões políticas acabam por afetar as relações pessoais, demonstrando como tais relacionamentos estão interligados de forma orgânica em alguns casos. No período da Carta acima citada, Nabuco (que havia saído do Partido Conservador em 1862, formando a Liga Progressista juntamente com alguns Liberais) tem a Liga dissolvida devido aos conflitos entre Zacarias de Góis e Vasconcellos e o conservador Duque de Caxias. O Imperador instala um Gabinete Conservador e Nabuco juntamente com Zacarias funda o partido Centro Liberal. Enquanto Nabuco inicia sua vida política entre os conservadores e torna-se posteriormente um grande nome liberal, Paranhos faz o caminho inverso. A carta nos mostra que isso pode ter gerado certo incômodo entre eles, mas de forma alguma afetou profundamente a relação de amizade existente entre eles, pois as cartas com indícios afetivos continuam após esse período.

Com a reestruturação do Partido Liberal e o início das reformas empreendidas pelo gabinete 7 de março poucos anos depois, começamos a visualizar um processo de desagregação do Estado Imperial, que acabará culminando na abolição e posteriormente na República, mas não de forma tão direta, e sim gradualmente e como todo processo histórico,

---

<sup>55</sup> PARANHOS. Temporalidade Histórica: 1854 – 1857. IHGB n°: DL 365. 5.

complexo. Na realidade, as reformas surgem como uma antecipação da crise, uma forma de evitar a tão temida “revolução”.

Neste contexto de reavivamento liberal, onde Paranhos mantém-se no Partido Conservador, e, de dentro dele, realiza as reformas liberais, que o gabinete 7 de março se consolida como o mais duradouro da História do império. Durou quatro anos e três meses, e não apenas aprovou a Lei do Ventre Livre, como iniciou a Reforma judiciária, referendada por Sayão Lobato, a reforma da magistratura e em 11 de dezembro de 1872, aprovou o contrato celebrado com Nabuco de Araújo para a redação do projeto do Código Civil. Regulamentou a lei que instituía o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, e autorizou o governo a conceder carta de naturalização a estrangeiros residentes por mais de 2 anos, maiores de 21 anos.

Uma interessante medida foi a substituição do sistema de pesos e medidas português, que acabou ocasionando no nordeste, a chamada revolta dos Quebra Quilos, onde vilas rebelaram-se contra o novo sistema, por não conseguirem conferir os pesos e acreditarem estar sendo enganados, num contexto de aumento de impostos. Porém, analisaremos tal medida mais profundamente a partir do local de homem científico que Paranhos ocupa.

Melhorou também o material do exército e da armada, muito preocupado em diminuir as tensões já eminentes nesta época entre “soldados e bacharéis”, que acabou sendo uma das forças que derrubaram a monarquia anos mais tarde.

Enfim, foi durante os cinco primeiros anos da década de 1870 que Paranhos, agora visconde e grão-mestre, além de realizador de reformas populares, desfrutou de maior prestígio. Morreria em 1880, de meningite, e não viu a queda do Império, embora seja provável que já a sentisse. Deixaria como herdeiro político, seu filho, o futuro Barão do Rio

Branco, e ainda em vida se encarregou de inseri-lo no jogo político e nas relações de sociabilidade construídas. Morre como diretor da Politécnica, projeto da sua vida.

As relações afetivas (inclusive as familiares) e de sociabilidade são, no Segundo Reinado, e não somente nele, possibilidades de inserção política. Sérgio Buarque de Holanda<sup>56</sup> já atenta para a indistinção existente entre as esferas pública e privada, faltando, no país, a ordenação impessoal do Estado burocrático. De fato, dentro desta perspectiva, é óbvio que a manifestação da afetividade e a manutenção de redes de sociabilidade proporcionam vantagens políticas.

Porém, neste trabalho tentamos apontar para o peso destas relações não somente neste sentido, mas também como influência ideológica e conseqüentemente, de ação política, nos indivíduos, ou seja, como peça de construção intelectual, social, política e humana.

Conservador e Liberal; maçom e católico fervoroso; homem de origem portuguesa, monarquista, defensor de ideais nacionalistas; transitou entre a política interna e externa do país; homem de confiança de D. Pedro II; amigo de Nabuco de Araújo; estadista de formação técnica: a vida de Paranhos nos auxilia a refletir sobre toda a complexidade dos homens que ajudaram a construir a política imperial, e que deixaram suas marcas no fazer político brasileiro até os dias atuais.

Como já foi dito, Paranhos não possuía formação na área do direito, como vários personagens do “alto escalão” imperial. Era engenheiro, de formação militar. Outros locais de sociabilidade que não a Faculdade de Direito, permitiram a inserção de Paranhos e a manutenção de relações afetivas interessantes no âmbito político. Mas a própria inserção como homem científico, engenheiro, não seria também um local de sociabilidade, levando em consideração o papel do “conhecimento científico” do período?

---

<sup>56</sup> Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 9ª. Edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

“Desde a primeira metade do século XIX, quando a engenharia passou a ser identificada com um conhecimento matemático, aplicável a situações práticas voltadas para a exploração da natureza e a melhoria das condições materiais de existência do ser humano, a “superioridade” da profissão sobre outras ocupações transformou-se em argumento para a valorização sócio-profissional e política do engenheiro. Ao longo do século XIX, os ideais científicos e “modernos” ganhavam forma nos institutos, nas associações, nos museus...” (MARINHO, 2002. P.35)<sup>57</sup>

Acreditamos que sim, o local de “homem científico” foi um dos locais de sociabilidade/ inserção política fundamental para Paranhos e para muitos outros, e a penetração em órgãos científicos e ligados aos interesses industriais, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), por exemplo, foram importantes espaços de participação e penetração política que não a meramente partidária ou passando apenas pela faculdade de Direito.

A Maçonaria foi também um lugar de sociabilidade importante para Paranhos, e de influência reconhecida nos altos postos do poder no país desde sua independência, e durante todo o Império. As lojas maçônicas foram, durante muito tempo, disseminadoras de ideais liberais, que foram fundamentais na formação de Paranhos. Homem reformista e carregado de princípios do liberalismo, após breve passagem no Partido Liberal enquanto jovem, construiu sua vida política no partido Conservador e mesmo mediante a um processo de reestruturação do partido Liberal, com a ida de nomes como o próprio Nabuco, seu amigo e antes companheiro de partido, se manteve como um dos grandes nomes do Partido Conservador até a sua morte, mesmo após empreendimentos reformistas no seu gabinete, o 7 de março, na década de 1870.

Essa mudança inicial de Paranhos do partido Liberal para o Conservador, assim como a sua permanência no próprio, mesmo com a sua redefinição, nos revela aspectos importantes dentro de uma perspectiva mais geral da política imperial. A filiação partidária

---

<sup>57</sup> MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto politécnico brasileiro (1862-1880)*. Dissertação para obtenção do título de mestre pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002. Página 35.

não foi predominante para a definição ideológica do visconde do Rio Branco, mesmo que esta tenha sido fundamental no que se diz respeito ao empoderamento. Sua inserção meio aos conservadores serviu como instrumento de manutenção no poder decisório, mesmo que tenha sido alvo de críticas de ambos os lados, já que realizava ações liberais dentro do partido Conservador.

Paranhos possuía assim uma inclinação ao conservadorismo no sentido de defesa da moderação política, embora tenha, graças à maçonaria e também à vivência regencial, se apropriado do liberalismo. Enquanto jovem, vivenciou durante o período regencial a concentração política em dois partidos, e com a sua inserção na maçonaria, que só nos anos finais do Império bateria claramente de frente com o catolicismo, pôde entrar em contato com as discussões liberais do século XIX. Sendo assim, as lojas maçônicas possibilitavam relações de proximidade entre seus participantes e fortaleciam laços que os uniam politicamente e ideologicamente.

É importante pensar que Jose Maria da Silva Paranhos vive e constrói sua identidade política num período de grandes mudanças e de passagem à modernidade. O contexto de entrada do liberalismo nos círculos intelectuais e maçônicos o faz conjugar tradições arcaicas e aspirações modernas, numa tentativa de moderação que o acompanhará por toda sua vida. Num momento onde o tempo histórico parece acelerar-se<sup>58</sup>, o visconde do Rio Branco, assim como muitos de sua geração, apropriou-se de elementos conservadores e liberais, dentro de um processo de circulação de ideias próprio do período. Vivenciou os conflitos e contradições típicas da modernidade, sentindo as rupturas e permanências do período, sendo liberal e conservador, progressista e tradicional. Defensor da separação entre Igreja e Estado, e também da maçonaria quando esta entra em choque com o catolicismo, foi

---

<sup>58</sup> Sobre a questão da aceleração do tempo na modernidade, ver: KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ, Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

fervoroso católico, a ponto de, antes de sua morte, ter exigido todos os sacramentos e rituais cristãos. Muito por isso, durante a questão religiosa, defendeu diversas vezes a maçonaria como algo à parte da religião:

“Aceitei o encargo dos maçons do círculo do Lavradio, e não me arrependo: decretem os nobres senadores, segundo a sua teologia e direito canônico quantas excomunhões quiserem; minha consciência esta tranqüila, minhas relações com Deus são as de um perfeito cristão.

Não julgo conveniente, Sr. presidente, defender a religião do Estado, como fazem os ultramontanos; desejara que os espíritos iluminados, que, como o nobre senador pelo Maranhão, possuem tanto saber eclesiástico, promovessem os interesses da religião no Brasil por outro modo, concorrendo para que se eduque melhor o nosso clero, para que se regenere o atual (apoiados), para que os prelados edifiquem seus rebanhos, evangelizando difundindo a luz e a fé religiosa com as palavras apostólicas, com o exemplo de sua dedicação a Deus e a sociedade, de quem são pastores. E assim que se deve falar as consciências, e não começando por expelir da Igreja católica os membros de uma associação, que existia no Brasil há tantos anos, sempre como associação política e beneficente (apoiados).<sup>59</sup>”

Mais uma vez, enxergamos em Paranhos um sujeito histórico que conjuga posicionamentos particulares e característicos de uma geração e de um contexto histórico, e que através de suas relações e locais de sociabilidade, ou seja, de sua vivência concreta, atuou politicamente, sendo partidário conservador e reformista. A realização das reformas na década de 70 por Paranhos, quando este chega à posição de presidente do Conselho de Ministros e ministro do Império, foi, como aponta José Murilo de Carvalho<sup>60</sup>, parte do plano político de esvaziar o programa liberal pelos conservadores. Porém, não podemos esquecer que a escolha de Paranhos para tal função não foi à toa, pois outros nomes do partido conservador não a realizariam com o mesmo empenho. Sua trajetória e sociabilidade direcionaram tal escolha, e possibilitaram tal realização.

---

<sup>59</sup> Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos. *Defesa da maçonaria no parlamento brasileiro pelos Srs. Visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho de Ministros) e Alencar*, Typ. do Echo de Minas. 17 de maio de 1873. Biblioteca Nacional – Seção Obras Raras: 106, 2, 9.

<sup>60</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Enfim, esse capítulo teve como objetivo apontar para locais principais de inserção política que permitiram José Maria da Silva Paranhos se tornar o Visconde do Rio Branco. Múltiplos eram os locais, inclusive os mais tradicionais para a historiografia, como a Faculdade de Direito e as relações familiares e de casamento, porém esse trabalho reflete sobre locais nem tão tradicionais assim, mas que tiveram sua importância. O primeiro, retratado aqui, e que de fato é bem reconhecido pela bibliografia, é o jornalismo, que possibilitou para Paranhos a penetração na sociedade política de fato, com a sua eleição e posterior convite para a Missão do Prata. Almejava desde jovem, se inserir e permanecer na sociedade política, e sabia que a entrada era restrita a alguns poucos homens, em geral com laços familiares importantes na política ou pela inserção meio aos bacharéis. A participação em jornais fazia parte de sua estratégia, onde podia, como por exemplo, nas Cartas ao Amigo Ausente, falar de forma livre sobre diversos assuntos a ponto de chamar a atenção de grandes nomes na política, pois estes começaram a perceber que ele tinha, além de conhecimento, articulação suficiente para o jogo político.

O segundo, a Maçonaria, possibilitou relações sociais que o inseriram e o mantiveram no poder. Gramsci já aponta para o fato de que dada a debilidade e fraqueza inicial da burguesia, a maçonaria foi o único partido eficiente da classe burguesa que representou a ideologia e a organização real da burguesia capitalista: o liberalismo. De fato, a inserção na maçonaria foi fundamental para Paranhos no desenvolvimento da sua formação intelectual que unia liberalismo e conservadorismo, em uma síntese que não se contradizia e sim complementava. O conservadorismo do Segundo Reinado possuía um quê de modernizante, muito consoante com as políticas propostas pelo nosso personagem. Sua formação técnica também favoreceu e muito suas noções de progresso e modernização, tão presentes em seus discursos. Sendo assim, a maçonaria o conduziu tanto na esfera da formação ideológica, juntamente com outros fatores, como também na inserção de relações

que o beneficiavam, já que é sabido que os integrantes da maçonaria durante o Segundo Reinado eram em sua maioria participantes do poder. As próprias relações sociais, de amizade, também são formas de inserção política, uma vez que permitem certos benefícios nesse campo. Veremos isso de forma mais detalhada no nosso segundo capítulo.

Em terceiro lugar, o local de engenheiro, homem ligado à Ciência e professor, o permitiu a entrada em Órgãos diversos<sup>61</sup>, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Politécnico, lugares que também eram esferas do poder, pois a partir deles também este era exercido. O Estado é visto aqui como um organismo que cria condições favoráveis para expansão do grupo dominante, demonstrando que uma classe, ou uma fração de classe, acaba por predominar sobre a sociedade através de organizações privadas. A eficiência dessa expressão de poder é que ele não é feito apenas pela coerção, e sim também através de concepções de mundo, hábitos de vida, costumes, moral, etc. A forma de agir e pensar da sociedade é o suporte que garante o poder da classe dominante. A manifestação da força seria apenas para momentos onde isso se torne extremamente necessário, já que o principal suporte do poder é o que Gramsci chama de consenso. Sendo assim, o Estado seria uma instituição que conjuga força e consenso, de forma complexa e orgânica. E para a formação desse consenso, dentro da própria classe dominante, são fundamentais as diversas organizações e instituições que atuam nesse sentido, além de agentes que possibilitem o desenvolvimento da direção intelectual e moral da classe dominante. Formadoras de ideologia e locais onde se exerce o poder na sua forma mais ampla são também lugares de inserção na sociedade política. O Estado seria então a união entre sociedade política e civil, ampliando

---

<sup>61</sup> Foi professor jubilado da Escola Politécnica, professor honorário da Academia de Belas Artes, major honorário de Exército, presidente do Montepio de Economia dos Servidores do Estado, presidente do Montepio Agrícola, sócio do Instituto histórico e geográfico brasileiro e da Academia real das Ciências de Lisboa, membro honorário da British and Foreign anti-slavery society, membro e vice-presidente do Instituto Politécnico, membro e presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, presidente honorário da Sociedade Universal Promotora das Artes e Indústria de Londres e patrono da cadeira n.40 da Academia Brasileira de Letras. Em: BLAKE, Antonio V. Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Volume 5 e SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

sua noção, mas sempre lembrando que tal separação é muito mais de natureza metodológica do que orgânica, uma vez que tais esferas aparecem como unidade dialética.

Como Pedro Marinho aponta<sup>62</sup>, alguns autores negam a possibilidade do uso das concepções de Gramsci para o Estado brasileiro antes de 1930. Isso se daria pelo caráter “oriental” da formação social brasileira, onde a sociedade civil seria fraca e amorfa. O que tais autores não percebem é que durante todo o Segundo Reinado, principalmente na segunda metade do Século XIX, diversas instituições se formaram e apresentavam objetivos claros de direcionamento e tentativa de formação de consenso, mesmo que dentro da própria classe dominante. Além disso, devemos fugir das simplificações que não percebem a ideia de processo que consegue conjugar as noções de “Ocidente” e “Oriente” na mesma sociedade. Obviamente o fim do século XIX no Brasil não apresenta uma formação altamente capitalista, em moldes europeus, e sim uma sociedade em construção que já começa a demonstrar uma classe, ou frações de classe, percebendo que a sua supremacia se manifesta também como direção intelectual e moral, além do poder coercitivo.

A sociedade civil pode ser entendida, portanto, como uma esfera do poder, onde ele se manifesta e é exercido, principalmente através da construção de consenso. No Segundo Reinado, algumas associações, clubes, etc, começam a despontar e ser locais não só de inserção política, como já demonstramos aqui, mas também locais de exercício da mesma. A Maçonaria, os jornais, e as associações científicas são exemplos claros, e sendo assim, inserimos esses locais não só como lugares facilitadores para o ingresso na sociedade política e no estabelecimento de relações sociais que auxiliam tal processo, como também percebemos que estes estão inseridos organicamente no que chamamos Estado, na sua forma ampliada.

---

<sup>62</sup> MARINHO, Pedro . *BRASIL IMPÉRIO: "Oriente" ou "Ocidente Tardio"?* Notas para um diálogo sobre o conceito gramsciano de Estado. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

Muitos foram os locais onde Paranhos se inseriu que o permitiram acesso a sociedade política, assim como para exercer poder e fazer política dentro do Estado, no seu sentido ampliado, e fora dos locais tradicionais. Aqui, trabalharemos com dois desses lugares: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Politécnico.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi o primeiro órgão consultivo no Império relacionado à indústria e criada em 1827. Tinha como objetivo examinar e emitir pareceres sobre questões pertinentes à economia do país, sendo seu objetivo central “*promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil.*”<sup>63</sup>

A importância desse órgão não é vista de uma única maneira na historiografia:

“Para José Murilo de Carvalho, a SAIN era uma associação de classe que poderia ter certa influência política, levando em consideração o fato de haver debates sobre a economia do país e sua crise, e seus membros serem políticos importantes em sua época... Maria Antonieta P. Leopoldi afirma que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi “durante boa parte de sua existência, uma entidade com um caráter acadêmico consultivo.” Para esta autora, “seu caráter de sociedade científica, combinado ao de órgão consultivo do governo, não escondia o fato de que a Auxiliadora era também [...] um instrumento de pressão de grupos organizados.” ...José Murilo de Carvalho em seu livro *A Construção da Ordem* (1980), tem uma posição contrária quanto à política, por parte da SAIN, pois argumenta que pelo fato de ser um órgão que recebia doações do Governo Imperial, não seria capaz de pressioná-lo por medidas que pudessem defender a indústria agrícola ou não.” (AZEVEDO, 2001.) 64

A forma como José Murilo a entende está relacionada com as premissas teóricas do seu trabalho e embora reconheça nesta instituição certa importância, “*considerava como os lugares da “elite política real” caracterizada pelo imperador – os conselheiros de Estado, os*

---

<sup>63</sup> Cf. Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional 1828. Artigo 1º de 1827. Fonte Impressa: Firjan Rio de Janeiro nº Or R 132 Acervo 9604 p.2.

<sup>64</sup> AZEVEDO, Jussara França de. *Discursos e ideias: A gênese da luta pelo processo de Organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888)*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

*ministros e os deputados – distanciando-se de maiores análises sobre sociedades como a SAIN.” (MARINHO, 2008.)<sup>65</sup>*

A “elite” de José Murilo de Carvalho vista como a “construtora da ordem” está inserida nas relações sociais dos proprietários de terra e escravos, comerciantes, empresários, tendo como elemento central de coesão a escola de Direito. Além disso, para o autor, o Estado não estabelecia vínculos de representação política. A partir de sua premissa teórica e argumento principal, órgãos como a SAIN não tem tanta importância em sua análise.

Para ele, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional até teria alguma influência no poder, contudo, esta não era propriamente política, sendo mais um centro de estudos. Observa a existência de importantes políticos do Império, como é o caso do Visconde do Rio Branco, apontando para o fato de que a SAIN possuía aspectos próximos a uma sociedade literária ou de estudos, sendo a participação muito mais simbólica do que realmente instrumental.

Este trabalho se afasta da interpretação de José Murilo de Carvalho, pois percebemos a atuação política também a partir destas instituições, aproximando nossa perspectiva da construída por Ilmar R. de Mattos, entendendo os dirigentes imperiais, principalmente os Saquaremas, como agentes que por meio de determinadas ações exerceram uma direção intelectual e moral. Para este trabalho, tal direcionamento também se dava através dessas instituições e órgãos, locais de inserção e fazer político, entendendo que as sociedades científicas do final do século XIX ocupavam um destacado local no processo formador dos grupos dirigentes.<sup>66</sup>

Sendo assim, percebemos que a inserção de Paranhos na SAIN, onde foi presidente, foi importante na sua trajetória, e dialoga com um contexto maior, de valorização dos

---

<sup>65</sup> MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

<sup>66</sup> HEYNEMANN, Claudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

engenheiros e de crescimento das associações científicas, que foram locais de formulação ideológica e de projetos que direcionavam o fazer político.

Outro local de inserção de Paranhos foi o Instituto Politécnico, fundado em 11 de setembro de 1862 "*no edifício da Escola Central do Rio de Janeiro, apregoando, segundo o artigo 1º de seus Estatutos, ter 'por objeto o estudo e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos de engenharia e das ciências e artes acessórias'*"(MARINHO, 2008.)<sup>67</sup>

Nessa associação, reuniam-se engenheiros e bacharéis em ciências físicas e matemáticas, civis e militares, sendo a primeira sociedade do tipo no Brasil.

Mais do que parte de um processo de institucionalização da categoria, trata-se também de um local que demonstra um tempo de mudanças técnicas, onde os engenheiros passaram a serem administradores dos sistemas técnicos ligados ao progresso e modernização, responsáveis pela transformação de alguns aspectos da realidade brasileira.

“A institucionalização do ensino de Engenharia, assim como a construção da categoria profissional dos engenheiros civis no Brasil, formam um processo que se desenrolou ao longo de todo o século XIX. Dentro desse contexto, ocorreram a ascensão social e a aquisição de prestígio de um grupo social, aqui por nós considerados como intelectuais: os engenheiros. Formados em sua maioria pela Escola Central, depois reformada como Escola Politécnica, os engenheiros atuaram na formação social brasileira, de forma organizada, dentro do Instituto Politécnico Brasileiro (1862) e, mais tarde, por intermédio do Clube de Engenharia, fundado em 1880.” (MARINHO, 2008)<sup>68</sup>

O IPB foi a instituição que comandou as iniciativas relacionadas aos temas afetos a Engenharia na segunda metade do século XIX. O ano da sua fundação foi o mesmo da primeira participação do Brasil em uma exposição universal em Londres, em simultaneidade a outras iniciativas que mostravam as possibilidades de atuação dos engenheiros. Dentro deste contexto, os que constituíam o Instituto Politécnico Brasileiro se utilizavam da revista do IPB,

---

<sup>67</sup> MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

<sup>68</sup> IBIDEM.

principal veículo de divulgação e expressão dos ideais, projetos e previsões dos engenheiros da época.

Paranhos participava com fervor dos debates travados dentro do Instituto, no qual foi vice-presidente. O IPB representou o processo de construção de um campo profissional, buscando certa economia, profissionalização e especialização do conhecimento, juntamente com as associações desses saberes e as práticas da engenharia.

Os associados entendiam a importância da instituição como instrumento de legitimação do poder, evidente pela criação de um espaço de união entre saber, prática profissional e política. Tal instituto exerceu influências importantes nas decisões de natureza técnica dentro do império, principalmente relativo à construção de portos, saneamento, ferrovias etc.

O IPB servia como instrumento de defesa de medidas do governo imperial, através da utilização de argumentos científicos e técnicos, o que por si só já o caracteriza como um local de fazer político, além de inserção política, já que os associados gozavam de prestígio reconhecido.

Enfim, podemos enxergar tanto o IPB como a SAIN, ambos locais que fazem parte da trajetória do Visconde, como órgãos presentes na sociedade civil, fazendo assim parte do Estado, e também poderiam ser instrumentos de inserção, ou pelo menos, manutenção na sociedade política, assim como a maçonaria e o jornalismo.

Este capítulo teve como objetivo trazer algumas reflexões sobre a trajetória de José Maria da Silva Paranhos, relacionando-a com alguns questionamentos acerca do Estado Imperial, demonstrando as relações entre locais de poder não tradicionais, como a maçonaria, responsável por construir relações sociais que permitiram laços políticos fundamentais; o jornalismo, instrumento para manifestações de ideias e penetração na sociedade política e o

status de indivíduo ligado à Ciência, que permite a entrada em associações e órgãos como o Instituto Politécnico e a SAIN, de importância já dita neste trabalho.

Sendo assim, percebemos a partir da trajetória de José Maria da Silva Paranhos, que os locais de inserção na sociedade política não encontravam espaço apenas entre os bacharéis. Este era sim um local fundamental, mas existiam também outros espaços que poderiam servir de estratégia de inserção para os não bacharéis, principalmente em um momento em que a Engenharia começa a ter também, graças a emergência das Ciências matemáticas e afins no período, certa importância. Além disso, o fazer político não se encontrava apenas dentro dos partidos políticos tradicionais (no caso, Liberal e Conservador), principalmente pós Conciliação, e sim em outras esferas e órgãos, geradores de consenso e formadores da ideologia da classe dominante.

## Capítulo 2:

### A amizade como elemento institucional de coesão na classe dirigente: muito além da formalidade das instituições.

Mary Douglas em “Como as instituições pensam”<sup>69</sup> inicia seu texto focando o poder do laço social e as questões de solidariedade e cooperação entre os indivíduos. Não é a toa que o trabalho de Douglas é essencial para a reflexão deste segundo capítulo, que tem como objetivo discutir e repensar as relações sociais presentes no Império, centralizado na trajetória de José Maria da Silva Paranhos, ou como é mais conhecido, o Visconde do Rio Branco.

Ao analisar os temores e as defesas acerca da utilização de radiação na medicina, Mary Douglas toca num ponto fundamental: a ciência e as comprovações científicas tornam-se descartáveis perante o domínio exercido por determinadas instituições sociais. O que julgamos ser crível ou não, passa pelo “consentimento” de determinados pertencimentos e instituições. Decisões acerca da vida e da morte não se resolvem no pensamento individual, buscando assim “apoio” em outras instâncias. Nesse momento, a reflexão caminha para o poder das instituições na sociedade. Então, o que entendemos como instituições?

Primeiramente, partimos do princípio de que *não existe sociedade sem instituições*<sup>70</sup> (PAPAGNO, 2004). A vida social se forma de maneira interdependente com a construção de um conjunto de estruturas sociais fixadas pelo costume ou, em sociedades mais complexas, a partir de elaborações de leis. O que não significa que a complexidade social apague a força do costume e das tradições. Portanto, essa simples afirmação traz consigo reflexões profundas

---

<sup>69</sup> DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

<sup>70</sup> PAPAGNO, Giuseppe. *Instituições*. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Direito-classes. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

sobre as relações entre as leis e as instituições, tanto que a historiografia do século XIX e parte do século XX se preocupou muito mais com as transformações do tipo jurídico, do que qualquer outra abordagem no que se refere ao estudo das instituições.

Sim, são as leis, sobretudo na época contemporânea, que fixam as instituições, porém a existência destas não se dá somente a partir da escrita da norma. O que queremos não é diminuir o papel regulador das leis e sua relação com as instituições formais, é apenas ressaltar a existência de instituições que superam e ultrapassam a regra escrita, e que agem sobre os indivíduos pressionando suas ações. Os pertencimentos familiares, as relações de amizade e afetividade, e a forma como os indivíduos se comportam diante de tais pertencimentos, revelam as pressões institucionais destas relações.

Podemos apontar para “O Processo dos exploradores espeleólogos”<sup>71</sup> abordado por Mary Douglas, onde cinco indivíduos, após ficarem presos em uma caverna, decidem a solução de comer a carne de um dos companheiros para a sobrevivência dos demais, a partir de uma escolha feita através de dados. O “sortudo”, que a princípio sugeriu a solução, mas posteriormente recuou, foi morto e utilizado como alimento. Após saírem da caverna, eles foram levados a julgamento e condenados por homicídio em tribunal de instância inferior. Porém, o caso subiu ao Supremo em apelação. Cada juiz comportou-se diante do fato de maneira distinta; dois dos juízes demonstraram simpatia pelos acusados, sendo que o primeiro não se importou com os estatutos, apenas pela noção de contrato entre os indivíduos. O terceiro juiz se colocou como um constitucionalista, focando na importância da lei, enquanto o último juiz recomendou a absolvição, deixando de lado as legalidades e privilegiando as emoções, além de agir de acordo com os seus próprios laços familiares (que possuía com o Chefe do Executivo), pois

---

<sup>71</sup> DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

“não apoiou a recomendação do presidente do tribunal por saber que o chefe do executivo, entregue a si mesmo, recusaria o perdão e estaria menos inclinado a conceder a clemência caso a recomendação neste sentido partisse do supremo tribunal. Assim, ele não fez recomendação alguma para o perdão, mas favoreceu uma absolvição.” (DOUGLAS, 1998)<sup>72</sup>

Essa breve história revela as ações dos juízes e os seus discursos a partir dos seus compromissos institucionais, o que demonstra a complexidade das ações humanas, que se dão não apenas a partir de um único viés, mas sim a partir de uma teia de pressões e pertencimentos institucionais. Não eram apenas juízes, eram indivíduos de múltiplos pertencimentos e que no campo decisório, deixam os transparecer.

A partir destas colocações, podemos afirmar a força institucional sobre as ações dos indivíduos, além da existência que ultrapassa a legal de diversas instituições sociais. Porém, não devemos invocar uma espécie de entidade mística, de poderes autossuficientes dos grupos sociais, como Durkheim chegou a propor. Porém, é fato que

“a necessidade com a qual as categorias nos são impostas não é o efeito de simples hábitos, um jogo de que podemos livrarmos com pouco esforço; também não é uma necessidade física ou metafísica, já que as categorias mudam em diferentes lugares e épocas; é um tipo especial de necessidade moral, que representa, para a vida intelectual, aquilo que a obrigação moral representa para a vontade”. (DOUGLAS, 1998. P.22)<sup>73</sup>

As pressões institucionais e o poder não se dão apenas pela violência, entendendo o poder aqui como uma relação dialética, e que só existe em ação, numa relação de força.<sup>74</sup>

“O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo,

---

<sup>72</sup> DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

<sup>73</sup> IDEM. Página 22.

<sup>74</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os.” (FOUCAULT, 1979)<sup>75</sup>

O poder é repressivo, além de ser *guerra prolongada por outros meios* (FOUCAULT, 1979)<sup>76</sup>, mas não se define só pela violência. A amizade entendida como poder institucional é característica dessa afirmação.

No Império, a criação da presidência do Conselho de Estado implicou a política de conciliação conservadora, com o encaminhamento dos primeiros projetos de reforma: Código Comercial e Lei Eusébio de Queiroz - do fim do tráfico de escravos - (ambos de 1850); o regulamento da carreira diplomática (de autoria de Carvalho Moreira, de 1851); projeto de reforma do judiciário e reforma hipotecária de autoria de Nabuco de Araújo (1854); lei dos casamentos mistos - para não-católicos (1861); outro projeto de reforma judiciária de Nabuco de Araújo de 1866. A lei do Ventre Livre (1871, nomeada como Lei Rio Branco, em referência a José Maria da Silva Paranhos) e a reforma dos conventos, da administração eclesiástica e dos seminários, por sua vez, situaram-se no contexto de ressurgimento do campo liberal, quando da refundação do Partido Liberal com a participação de dissidentes conservadores, como por exemplo, Nabuco de Araújo, amigo pessoal de Paranhos.

A análise dos projetos de reformas institucionais pode nos levar a afirmar que a filiação partidária (Partido Liberal ou Partido Conservador), não era predominante para a definição ideológica e filosófica dos projetos, muito menos dos indivíduos. Muito embora a filiação partidária pudesse ser preponderante, do ponto de vista de chegada ao poder decisório, a rede de sociabilidade condicionou ideológica e culturalmente os políticos do Império. Neste sentido, podemos apontar essas redes como influências institucionais, pois

---

<sup>75</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. P.18.

<sup>76</sup> IBIDEM.

pressionam os indivíduos em suas ações políticas, além de apontar para determinadas regras que se estabelecem, uma vez que se configuram tais relações.

Os homens que encabeçaram as reformas no Império eram amigos entre si; frequentavam os mesmos círculos políticos e sociais. A proximidade em suas relações pessoais, políticas, sociais e intelectuais produziu como efeito a construção de uma rede de sociabilidade que influenciou em mais de uma geração. Os filhos do senador Nabuco de Araújo, Joaquim e Sizenando Nabuco, José Maria Paranhos Junior (barão do Rio Branco), filho do Visconde do Rio Branco, e Carlotinha e Arthur Carvalho Moreira (filhos do Barão de Penedo), por exemplo, foram amigos e participaram do processo de extensão desta rede de sociabilidade, que penetrou suas influências até as primeiras décadas da República.

As relações de afetividade que se estabeleceram entre os políticos do Império, além de demonstrarem poder no campo da ação, que coloca de lado, pelo menos em certos momentos, o pertencimento partidário, apontam para as pressões dessas relações, que aqui são institucionais, e também demonstram determinadas convenções em tais relacionamentos.

Analisando as cartas entre o Visconde do Rio Branco e Nabuco de Araújo, podemos perceber como uma dessas relações se estabeleceu, entre um conservador e um liberal, que misturam afetividade, poder e política.

E onde se dariam essas relações? Quais seriam os lugares de sociabilidade onde se travariam tais relacionamentos de afeto, amizade e cumplicidade política? A troca de correspondências acaba por se transformar num local importante neste sentido:

“A correspondência pessoal de um indivíduo é portanto um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade. É através dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações. Esses

documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares.”(VENANCIO, 2001.P.9)<sup>77</sup>

A correspondência é uma fonte privilegiada, pois é uma das únicas que se estabelece a partir da troca, ou seja, parte de uma relação. A prática da escrita de cartas existe apenas em função de outro, o que torna tal fonte fundamental para a análise das formas de amizade e afetividade. É assim, uma via de mão dupla, uma relação dialética, onde a espera de respostas “*revela o código de boas maneiras, traduz de fato uma relação com o tempo específica da correspondência*”.(DAUPHIN, 1991)<sup>78</sup>

Aqui trabalhamos com arquivos privados de homens públicos, o que traz questionamentos com relação à classificação dos documentos. Embora tenham caráter privado, são relacionados a funções públicas. A dificuldade levantada demonstra como tais esferas confundiam-se e complexificavam-se na trajetória de indivíduos como José Maria da Silva Paranhos e Nabuco de Araújo, assim como na troca de cartas entre eles.

Como já tratamos na introdução deste trabalho, um grande risco que se corre é o de relacionar arquivos pessoais com a noção de que estes produzem uma visão mais verdadeira e profunda do indivíduo, já que este o organizou. Relaciona-se com um falso entendimento de que tais documentos são uma manifestação mais verdadeira e objetiva da memória individual de quem as escreve.

Na realidade, devemos buscar perceber o processo social de construção desses acervos, que como Chartier<sup>79</sup> aponta, tratam-se sempre de textos, que são sistemas construídos

---

<sup>77</sup>VENANCIO, Giselle Martins. “Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, 2001. Pág.9.

<sup>78</sup> DAUPHIN, Cécile. 1991. “Les manuels épistolaires au XIXe siècle”, em CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la leure au XIXe siècle*. Paris, Fayard.

<sup>79</sup> CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquietudes*. 1998, Paris, Albin Michel.

perante categorias e regras de funcionamento, tendo as suas próprias condições para produção.

Não é a toa que determinadas cartas fazem parte de um arquivo pessoal específico. A forma como se arquivava e registra determinados documentos transparece a necessidade de tornar público o que é privado, acentuando a individualidade daquele que participa deste processo. Assim, redefine-se o seu lugar no contexto histórico mais amplo, e também de que maneira pretende-se construir certa memória sobre ele, ou sobre as relações que estabeleceu. A escrita de correspondências ocupa espaço como prática social construindo-se como parte, por vezes fundamental, das interações sociais.

O próprio termo “correspondência” traz diversos significados. Pode ser aquilo que corresponde ao que resta de um acontecimento, assim como, um texto trocado entre aqueles que se correspondem, num processo de trocas intelectuais e afetivas.

“Uma carta expressa mais do que o texto que ela contém. Sua materialidade denota a condição de sua redação, a análise de sua trajetória e a identificação de seus destinatários – se individual, institucional ou familiar – permitem a compreensão dos mecanismos de sua circulação, e sua presença no arquivo, isto é, o conhecimento dos gestos em prol de sua conservação, deixa entrever os critérios que definiram a sua importância.” (VENANCIO, 2001)<sup>80</sup>

Tais fontes são capazes de registrar relações pessoais que ultrapassam, ou muitas vezes, reforçam os assuntos políticos e as discussões intelectuais. Sendo assim, a prática epistolar é também uma das estratégias de organização, manutenção e desenvolvimento de relações de sociabilidade.

As cartas, sem dúvida, foram, para Paranhos, lugar significativo de sociabilidade, principalmente no que diz respeito a sua relação com Nabuco. A troca de cartas entre os dois

---

<sup>80</sup> VENANCIO, Giselle Martins. “Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

foi bem razoável, e nos focaremos aqui nas cartas trocadas por eles nos anos de 1854-1871, arquivadas no IHGB<sup>81</sup> (66 cartas).

Seguindo as pistas presentes nas cartas, e aqui utilizamos o método indiciário proposto por Ginzburg<sup>82</sup>, podemos perceber que a relação dos dois ultrapassava a estrita relação política. Joaquim Nabuco, em “Minha Formação<sup>83</sup>” e “Um Estadista no Império<sup>84</sup>”, fala um pouco desta relação, muito preocupado também em mostrar as articulações que, mesmo com a república, podiam ser valiosas. O tipo de tratamento nas cartas é íntimo, característico entre amigos:

“Logo repartirei com V.Ex. umas frutas saborosas que mandaram-me da terra onde abundam os homens do Estado, c`est à dire, de Montevidéu.

Sinto os seus incômodos e do seu filhinho.  
Apresentei a sua desculpa ao imperador, que veio perguntar se o seu pequeno havia piorado.

Estou na sala das conferências ministeriais e triste, porque não vejo a meu lado V. Ex..

A nossa conferência de amanhã em casa de Sr. Marquês é a tarde ou de manhã?  
Estimo as suas melhores. Hoje é que soube que desta vez o caso foi sério. Desculpe a minha amizade.

Irei ao seu grêmio conversar e inspirar-me...

Ontem fui solitário a S. Cristóvão: consolou-me a leitura que fiz de um longo parecer de V Ex.

---

<sup>81</sup> PARANHOS. Temporalidade Histórica: 1854 – 1857. IHGB n°: DL 365. 5.  
PARANHOS. Convenções Diplomáticas. IHGB n°: DL 365. 8.

<sup>82</sup> GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* IN Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>83</sup> NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, (Obras Completas, selecionada e anotada por Luiz Camilo de Oliveira Neto), 2ª. Edição, São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPÊ), 1947.

<sup>84</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1975.

Tenha pena do seu amigo e desculpe-o de não ir, como muito desejava, como até ontem esperava conseguir, abraçá-lo. Meus cumprimentos a toda família.”<sup>85</sup>

A transcrição de alguns dos trechos das cartas já nos demonstra que Paranhos se dirigia à Nabuco com afetividade e preocupação, e revelam que seus laços ultrapassavam a vida estritamente política. As cartas quase sempre são assinadas como “do seu afetuoso amigo e colega”, o que também nos mostra proximidade.

Partindo então da força desta relação, que posteriormente será aclamada, recuperada e cuidadosamente mantida entre seus filhos, podemos notar a influência desta na política do Segundo Reinado, analisando o conteúdo de tais cartas. A grande maioria trata de pedidos de nomeações e cargos para amigos, demonstrando como as relações afetivas impulsionavam o preenchimento do alto escalão imperial a partir de tais clamores.

Tal documentação versa sobre partida de navios, presos na Ilha Rasa, tráfico de escravos, questão das colônias militares, política, questão dos bispos, assuntos eclesiásticos, considerações sobre os colegas de gabinete, secretarias de polícia, solicitação de pareceres, comunicações acerca da reeleição do visconde como deputado, comentários de decretos, convenções diplomáticas, lei hipotecária e regência da princesa imperial. Mas sem dúvida alguma, a solicitação de cargos, licenças e favores políticos são os assuntos de mais presença:

“Ao Ilmo e Exmo Conselheiro Jose Thomas Nabuco de Araújo cumprimenta o seu amigo e colega Jose Maria da Silva Paranhos, e tem a honra de comunicar a S Ex que hoje foi concedida a licença para cortar madeiras, pedida por Antonio Francisco de Oliveira Sobrinho por quem S.Ex. se interessa.

---

<sup>85</sup> PARANHOS. Temporalidade Histórica: 1854 – 1857. IHGB n°: DL 365. 5.

PARANHOS. Convenções Diplomáticas. IHGB n°: DL 365. 8.

Tomo a liberdade de apresentar a V Ex o incluso memorial do monge beneditino frei Antonio de Sta Agueda Carneiro, que solicita a nomeação de pregador honorário da capela imperial.

Tenho todo o interesse por este despacho, e por isso rogo a V.Ex. que se digne de acolher essa súplica com a costumada benevolência de V.Ex para comigo.

O Dr Jose Maria de Andrade, juiz municipal do termo de Jacareí, na província de S. Paulo, deseja ser nomeado para uma das duas comarcas que se tem de criar na mesma província.

Tenho interesse por esta pretensão, e por isso o recomendo a V Ex., rogando lhe que na primeira ocasião me diga alguma coisa a respeito.

Um amigo meu, por quem tenho particular consideração, pede me que eu interceda junto a V. Ex em favor de João Pedro de Faria, que pretende o 2º ofício de escrivão de órfãos da cidade de Cabo Frio, vago pela morte do serventuário.

Peço, pois encarecidamente a V. Ex que, sendo possível se digne de atender ao pretendente, de cuja aptidão e qualidade tenho ótimas informações, acrescentando em seu favor o seu onerado de família.

Veja V. Ex com a sua costumeira bondade o que me diz o escrivão Mello na carta junta por cópia. Atendo o meu amigo que fiquei mal com a exclusão do Sr Torres de uma das delegacias da Corte, e que a nomeação do Mello é o que de mais importante apresento no meu distrito. Por favor, não me deixe ficar mal.

V. Ex. sabe o que é ter um pretendente em casa? Imagine quando esse pretendente é amigo por quem se deve tomar todo o interesse?

Pois então porque não me diz vã palavra nem ao menos me assigna dia e hora para apresentar-lhe o pretendente.

Venho pedir-lhe um favor, que não é grande para V.Ex. e que para mim é muito importante porque interessa a um amigo digno de todo apreço por suas qualidades pessoais.

O desembargador José Ferreira Souto deseja passagem para a relação de Corte. Magistrado antiquíssimo, honrado e inteligente é digno da justiça e bondade da V.Ex.

Diz-me lá V.Ex. que não há vaga na relação da Corte? Pois eu prometo a V.Ex. abrião vaga dentro de poucos dias.

Vamos, caro colega, prometa-me essa nomeação que serve a este seu amigo e todos lhe levarão muito a bem.

Tire o meu afilhado das cólicas em que está, e lembre-se bem de que ele não quer senão o lugar de oficial interno.

Ande, meu Cons. Colega: sirva com a sua bondade e poder a dois, e especialmente a este...

Seu colega e amigo.”<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> IBIDEM.

Os pedidos e a referência à amizade para a realização de tais são bem claros, mostrando como o relacionamento de ambos direcionava decisões políticas e como a troca de cartas foi um local de manutenção e fortalecimento de sociabilidade. Além disso, presenciemos como o estabelecimento dessas amizades impulsionava a “ideologia do favor”<sup>87</sup>, que segundo Gisálio Cerqueira<sup>88</sup>, é entendida também como dádiva da camaradagem, onde

“O *favor* ou a ideologia do favor, como poderoso vetor de dominação pelo alto – ou seja, *conciliação* –, teve sua eficiência equilibrada sobre o fato de que ele participa da trama do *padrão paternalista* (autoritarismo e favor), acoplado ao liberalismo. O (des)ajuste das ideias liberais à nossa base material, antes verificado como produtor dos compromissos conservadores do liberalismo no Brasil (Neder: 1979), num desfecho dialético, revela o caráter dependente de nossa inserção no sistema internacional de produção.” (MUNIZ, 2010)<sup>89</sup>

Na realidade, vemos a relação orgânica existente nesse caso, já que a amizade aparece como meio e fim, pois possibilita inserções e manutenções políticas e é argumento forte para pedidos e nomeações, onde tal prática está inserida numa visão de mundo e das ações políticas típicas do período.

Falemos brevemente de Nabuco. Filho legítimo do Senador José Tomás Nabuco de Araújo e de sua mulher D. Maria Bárbara Ferreira Nabuco, o conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo nasceu na cidade da Bahia em 14 de agosto de 1813. Sendo assim, é, como ele mesmo diz em uma de suas cartas, filho da mesma terra que Paranhos. Esse laço é ressaltado em algumas cartas e é transformado em instrumento de legitimação no pedido de

---

<sup>87</sup> Ver: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/ RJ, 1993; C. F., G. e NEDER. G. *Brasil violência e conciliação no dia a dia*. Porto Alegre: Fabris, 1987; NEDER, G. —Modernização conservadora ou —via prussiana? — mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. Em: *Cadernos do ICHF*; vol. 57; julho de 1993. 39p.; NEDER. G. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda. 1979.

<sup>88</sup> CERQUEIRA, Gisálio. *Fronteiras entre o favor e desfavor* – Versão escrita de intervenção oral realizada no colóquio *Favor e Desfavor* promovido pelo Laboratório Cidade e Poder/ UFF entre 9-11 de abril de 2001.

<sup>89</sup> MUNIZ, Maria Luiza de Castro. *Opinião pública e opinião publicada: representação política, diretas já e a grande imprensa nos (des)caminhos da abertura*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. 2010.

favores, principalmente partindo de Nabuco. Parece que o fato de Paranhos ter construído sua vida política e intelectual no Rio de Janeiro fez com que essa relação tão forte com a Bahia fosse bem relativa, mas não se pode negar que é um laço a mais que o une com Nabuco.

Pertencente a uma família tradicional politicamente, não precisou de muitas estratégias para ser inserido em tal contexto político. Provavelmente, desde muito cedo, esteve envolvido em discussões e lugares políticos.

Já em 1831, matriculou-se no curso jurídico de Olinda, o que já o colocou em um ambiente propício ao desenvolvimento da vida política.

“O Eco de Olinda, montado em 1831 em colaboração com os Srs. Ferraz e Cansação, então igualmente estudantes, o Velho de 1817, fundado em 1833, o Aristarco, que existiu de 1834 a 1836 foram os ensaios do estudante que, ao depois, no período tão importante de 1844 a 1849 devia, no Lidador e na União, apresentar-se um dos mais prestimosos atletas da grande causa da unidade brasileira, e das instituições que nos garantem a liberdade e a ordem.” (SISSON, 1999)<sup>90</sup>

Formou-se em 1835, e logo depois se tornou promotor público da cidade do Recife, permanecendo até 1841. Foi então nomeado juiz de direito da comarca de Pau do Alho, Pernambuco.

Antes de chegar aos 30 anos de idade, foi eleito deputado da Província de Pernambuco. Da comarca do Pau do Alho foi, em 1842, removido para a do Recife e em 1847 foi removido para a comarca do Açu, voltando apenas em 1849 à comarca do Recife.

A vida política, porém, se sobrepôs a sua carreira de magistrado; restituído à tribuna em 1850, não voltou mais à sua comarca, e em 1857 conseguiu a sua aposentadoria de juiz de direito com as honras de desembargador.

---

<sup>90</sup> SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

Entrando, enfim, na alta administração, foi em 1851 presidir à província de São Paulo. Nesse período, os partidos já começam a entrar no processo de conciliação e o Sr. Carneiro Leão é encarregado de organizar um gabinete.

Esse ministério, como já vimos, durou de 1853 até 1857 e coube ao Conselheiro Nabuco de Araújo importante função. Tentou dar regularidade à administração da justiça, organizou trabalhos sobre a reforma da nossa organização policial e criminal, e realizou o projeto sobre a legislação hipotecária, e assim tornar possível o crédito territorial.

Com a morte do presidente do Conselho a dissolução desse Ministério acabou acontecendo; e o conselheiro Nabuco solicitou a sua demissão.

Nesse ministério, foi grande defensor da conciliação, assim como o era Paranhos. Depois do chamado Ministério da Conciliação, pertenceu também ao Gabinete do visconde de Abaeté, saindo do Ministério em 1857. De 1858 a 1878, foi deputado geral, presidente de província, ministro da Justiça e senador do Império. Como jurisconsulto, em 1872, iniciou a organização de um projeto de Código Civil para o país, já que o projeto de Teixeira de Freitas ficara inacabado e, na sequência, também o projeto do Visconde de Seabra (1871) não fora aceito. Nabuco de Araújo trabalha durante aproximadamente cinco anos na redação do novo projeto, que afinal também não seria concluído, em razão de sua morte, em 1878. Falece dois anos antes de seu amigo e nosso personagem.

Fato que a trajetória de Nabuco possui muitos aspectos de diferenciação com relação a Rio Branco, até mesmo porque enquanto um organizará sua entrada na política através de locais nem sempre tão estudados, outro estará inserido tanto por suas relações familiares quanto pela Faculdade de Direito, nada mais formal. Esses homens, porém, constroem suas trajetórias no mesmo espaço e tempo e a partir de determinado momento tornam-se amigos, além das salas partidárias e políticas.

Frequentavam, muitas vezes, os mesmos locais, e isso com certeza ajudou no fortalecimento da amizade construída. Nesse sentido, entendemos aqui o laço da amizade e a construção de uma sociabilidade bem específica, como algo que serve de complemento ao suporte institucional de ação destes dirigentes, que ao mesmo tempo reforça laços e inserções, pressiona ações e dá liga a uma teia de pertencimentos que também fazem parte do campo político.

Há uma forte relação desta reflexão com a compreensão de Gramsci sobre o Estado em sentido integral e as respectivas articulações das relações de poder. Ou seja, o que ele considera no Estado moderno é justamente a existência da dualidade da dimensão de força e consenso. A “sociedade política” (governo estrito senso) onde se exerce o poder via dominação, na ditadura do peso da coerção, leis, aparato repressivo de violência legítima etc; e aquela instância que Gramsci denominou de “sociedade civil”, a chamada “trama privada” (Hegel) do Estado, em que ocorre o exercício de poder via direção política e consenso. No conjunto de relações sociais da “sociedade civil” está inserido o fluxo constante da vida cotidiana em sociedade. Mediante a materialidade destas relações, as instituições e as ideologias as organizam de forma heterogênea, mas como representação de demandas e projetos em disputa na construção de hegemonia mediante estas mesmas instituições. As duas instâncias, “sociedade política” e “sociedade civil” fazem parte do Estado, em sentido integral, e são separadas com fins puramente metodológicos (pois na sociedade política também há consenso e na sociedade civil também há coerção), para compreendermos que muitas vezes o poder que parece estar ultrapassando “fronteiras” entre o público e o privado, é na realidade a forma como ocorre a hegemonia, atravessando aquelas instâncias.

Ao apresentar tais cartas que aqui trabalhamos, demonstrando que além dos locais de inserção política e fazer político trabalhados no primeiro capítulo, as relações sociais travadas nesses ambientes acabavam por dar coesão à classe dirigente, auxiliando assim a manutenção

do poder. E como vimos, orientava a política, principalmente na indicação de cargos, nessa sociedade do favor.

Tratamos aqui de um conceito que ainda não foi por nós bem definido. Falamos muito sobre a amizade como relação de sociabilidade por diversas vezes. O que seria, nessa pesquisa, tal conceito?

Denis Antônio de Mendonça Bernardes, analisando os anos de 1820 a 1822 em Pernambuco, nos proporciona importantes considerações acerca da questão da sociabilidade como difusora de doutrinas e teorias, repensando o papel e o lugar...

“(…) Das ideias, da sensibilidade política e religiosa, na formação dos atores históricos, na conformação de suas identidades individuais e sociais, nos projetos que, de alguma maneira, conceberam para suas vidas e para a sociedade que desejaram construir”.(BERNARDES, 2002. P.121)<sup>91</sup>

Nas duas últimas décadas, o conceito de sociabilidade começou a encontrar o seu lugar na historiografia. A palavra em si já era utilizada há mais tempo, porém ainda parecia indefinida, referindo-se ao mais diversos laços sociais. *Podia ser tudo e acabou não sendo quase nada. Sociabilidade era assim identificado como tema menor, folclorizado, marginal* (MOREL, 2001).<sup>92</sup>

As sociabilidades como tema entraram no campo da pesquisa histórica acadêmica principalmente a partir da obra de Maurice Agulhon<sup>93</sup>, herdeiro dos *Annales*. Propunha o conhecimento das sociabilidades através da existência de associações constituídas e

---

<sup>91</sup> BERNARDES, Denis Mendonça, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820 - 1822*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2002. Pág.121.

<sup>92</sup> MOREL, Marco. *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28. 2001.

<sup>93</sup> AGULHON, Maurice. 1977. "Le cerele dans la France bourgeoise 1810 - 1848", Cahier des Annales, Paris, Armand Colin, n. 36. Paris, Seuil. IN MOREL, Marco. *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28. 2001.

transformações dentro de determinados dados comparativos e quantitativos, percebendo todas as transformações no espaço e no tempo.

Utilizamos aqui três termos, que possuem valores semânticos parecidos, mas com algumas diferenciações. Sociabilidade, sendo um lugar de estabelecimento de relações entre indivíduos e que geram imbricações diversas existentes no interior de uma dada sociedade e que nesta perspectiva, trata-se de uma definição extensiva, diante das múltiplas possibilidades da vida social<sup>94</sup>. Amizade, com o sentido de proximidade entre dois ou mais indivíduos, gerando parceria; e a afetividade, relacionada ao desenvolvimento da amizade com laços sentimentais, de envolvimento emocional. Analisando a correspondência entre Paranhos e Nabuco, podemos sugerir que estes tanto pertenciam a várias redes de sociabilidades comuns, além da atuação na vida política, desenvolveram a partir desses contatos uma relação de proximidade e amizade, com preocupações um com o outro que ultrapassavam as meramente formais (como pela saúde de seus filhos, ou a deles mesmos<sup>95</sup>) e porque não falar em afetividade, já que o tratamento entre eles era visivelmente diferenciado e afetivo, típico entre amigos e parceiros. Tais relações aproximaram nossos personagens, seja na vida pública ou na pessoal, e isto servia de argumento para pedidos e negociações na vida política. Como parceiros, embora de “lados opostos”, o que já é por si só altamente relativo nesse período, estabeleciam projetos comuns, como veremos no Gabinete 7 de Março.

---

<sup>94</sup> Ver: PELLISSIER, Catherine. *La vie privée des notables lyonnais au XIXe siècle*. Lyon: Éditions Lyonnaises d'Art et d'Histoire, 1996.

<sup>95</sup> “Sinto os seus incômodos e do seu filhinho.  
Apresentei a sua desculpa ao imperador, que veio perguntar se o seu pequeno havia piorado.  
(...)  
Estou na sala das conferências ministeriais e triste, porque não vejo a meu lado V. Ex..”

É fato que no Império existia um verdadeiro mosaico de associações incluídas na sociedade, onde seus participantes pertenciam a diversos tipos destas. As associações nem sempre tinham apenas uma função social, podiam sim ser multifuncionais, com dimensões pedagógicas, políticas, culturais, econômicas, corporativas, etc, e podiam assim pertencer a uma mesma instituição, mesmo que algumas referências marcassem tais agrupamentos.

Essa multiplicidade de funções permeava as associações brasileiras no Império, e como já vimos todas elas tem uma relação íntima com a construção ideológica dos indivíduos e também com seu fazer político.

Estudar sociabilidades vai muito além de entender apenas as relações sociais e de amizade, e porque não falar em afetividade, travadas durante determinada trajetória. É também entender as muitas inclusões sociais de determinada figura histórica e como múltiplos pertencimentos acabam por compor um quadro bem mais complexo, onde os relacionamentos dão liga às múltiplas identidades de um mesmo personagem.

Com a análise das cartas entre Paranhos e Nabuco, percebemos que a troca de correspondência além de ser um local de sociabilidade, é também uma evidência da existência de uma relação de amizade e de influência desta na política, que pressionou e se construiu como uma instituição social.

"A questão do Estado está presente tanto de maneira mais direta como mediada. Isto envolve, por exemplo, as relações políticas presentes em diversos tipos de organizações e movimentos da sociedade civil que não tem relação formal direta com as instituições estatais (além daquelas mínimas exigidas por lei para seu funcionamento). No caso, envolve, além das descritas no critério mais restrito, ideias, atitudes, crenças, opiniões e práticas que interferem e dão lógica, racionalidade e legitimidade nas relações entre os membros de um determinado grupo social; a sociabilidade política construída no interior deste grupo; o grau de compromisso dos membros ativos, dirigentes ou simpatizantes do mesmo com seu cotidiano e seu destino; os processos de constituição de sua identidade interna e para fora e que dão sentido de permanência ao grupo (e no grupo); os processos de tomada de decisão dentro destes grupos (democráticos ou não); as formas de recrutamento para os mesmos; suas formas de sustentação material; sua posição (de aliança, indiferença ou oposição) em relação a outros grupos; sua relação com o estado, classes sociais e poder econômico; suas formas de organização etc. Aqui,

tanto podem ser considerados elementos mais objetivos ou mais subjetivos, materiais ou simbólicos, de práticas mais racionais ou afetivas."(ALMEIDA, 2001)  
96

"Não há isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento. A sutileza de Gramsci reside em perscrutar as formas pelas quais se constroem, socialmente, essas vontades e se generalizam, em processos de luta social: o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de 'elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como econômico, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política'. (Gramsci, 2001:24) " (FONTES, S/D) <sup>97</sup>

Enfim, afirmamos que o poder, entendido como relação de força e consenso, está inserido também nas relações de sociabilidade e amizade, que pressionam os indivíduos através de convenções do tipo institucional, e tais relacionamentos agem interferindo principalmente nas indicações políticas, mas também dando coesão aos múltiplos pertencimentos da classe dirigente Imperial.

Portanto, as relações de sociabilidade, amizade e afetividade evidentes na documentação trabalhada, as correspondências, tornam-se evidentes na relação entre José Maria e Nabuco de Araújo, através da análise dos sinais presentes nas fontes. Sendo assim, podemos entender que tal relação influenciava (e sofria influência) a relação política existente entre os dois, como Homens do Poder, principalmente através da política de indicações e

---

<sup>96</sup> ALMEIDA, Jorge. *Cultura política e Hegemonia*. Texto publicado nos anais do IV Compolítica. Apresentado no GT Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública, 2001. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jorge-Almeida.pdf>. Acesso em: 12/04/13.

<sup>97</sup> FONTES, Virgínia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/editora/media/Capitulo%206%20Fundamentos%20Educacao%20Escolar.pdf>. Acesso em: 12/04/13.

pedidos de nomeações, muito clara na troca de correspondência entre eles. Tal fato reforça a reflexão sobre a sociedade do Segundo Reinado ter em seus fundamentos a lógica do favor, que ainda apresenta permanências na sociedade política atual. Além dessas questões, percebemos como a troca de correspondências acaba sendo também um local de manutenção desses relacionamentos, através da troca de informações e contato mesmo que não físico.

A relação de amizade existente entre os dois não era, por certo, a única existente entre os Homens do poder e nem mesmo a partir deles. A intenção da concentração desta reflexão está muito mais voltada para se entender esse relacionamento como exemplo de muitos outros existentes, e que penetravam o campo político de múltiplas formas, do que apontar excepcionalidade. A escolha desse caso em específico para desenvolver tal análise se encontra no fato de que embora sejam pertencentes a Partidos opostos (o que é, de fato, questionável pós Conciliação, como vimos) mantiveram uma ligação de amizade fora das salas governamentais e passaram tal relacionamento a seus herdeiros políticos, que se utilizaram disso nas suas formações identitárias. Além disso, acreditamos que essas relações de amizade serviam de elemento de coesão na classe dirigente, para além de questões partidárias, e tinha força institucional, gerando consenso e por vezes, coerção (não física, mas ética, já que as relações entre amigos têm princípios éticos fundamentais). Uma hipótese aqui levantada é que esses relacionamentos podiam inclusive direcionar projetos e facilitá-los de fato, para além das questões partidárias.

“Nesse contexto o capital e poder político de um indivíduo correspondiam não apenas ao seu status, mas ainda à sua capacidade de oferecer e retribuir benefícios, em um amplo esquema de trocas cuja função estruturante, no entanto, verificava-se em um nível mais cotidiano das relações de poder. Na prática consistiam em aspectos informais a conviver com as estruturas formais de ordenação política e social, transformando-se progressivamente em práticas marginais, na proporção em que se complexificava o aparelho de controle e administração do Estado.”(MARTINS, 2007)<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> MARTINS, Maria Fernanda. *O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no Segundo Reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007.

No próximo capítulo vamos nos deter no Gabinete 7 de Março, realizador de diversas reformas e que foi, de fato, ponto alto na trajetória de Rio Branco e de Nabuco. Trataremos pontualmente de realizações que se relacionam de alguma maneira com outras questões trabalhadas nos capítulos anteriores, como por exemplo, o lugar de “Homem Científico” exercido por Paranhos e tão fundamental na construção da sua carreira e vida política.

## **Capítulo 3:**

### **O gabinete 7 de Março: breves reflexões.**

A centralização monárquica e a conciliação acabaram por frear os partidos e diminuir os atritos entre estes, porém, já nas eleições de 1860, para a legislatura de 1861-1864, percebemos um movimento que se consolidará na década de 60. De dentro do Partido Conservador, sai a guarda avançada, na tentativa de reter reivindicações liberais mais ortodoxas, que começavam a ressurgir. Em 1862, forma-se a liga progressista, passando do campo conservador para o liberal nomes como Saraiva, Zacarias, Nabuco de Araújo...

Assim três campos se organizam, os progressistas, os liberais históricos e os conservadores. Progressistas e históricos não conseguiram uma estável união, graças a velhos ódios; e conservadores pareciam sustentar-se apenas através de nomes fortes como o do próprio Rio Branco.

Dentro deste contexto, a ideia de emancipação era cada vez mais presente, e o Imperador precisava de fato de um gabinete capaz de seguir com tal debate. Após a década de 60, conturbada diante dessa nova movimentação partidária, e já no início da década de 70, sobe ao poder o gabinete 7 de março, realizador de diversas reformas.

Já foi dito que José Maria não foi a primeira opção do Imperador para tal tarefa, porém acreditamos que o fato dele estar entre os homens que D. Pedro acreditava serem capazes de levar adiante tais reformas, o coloca em um lugar diferenciado.

Gramsci ao analisar o papel dos intelectuais, parte da seguinte pergunta: os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? Para ele, cada grupo social é capaz de criar para si, organicamente, intelectuais que geram consciência e uniformidade, nos campos social,

político e econômico dentro de uma classe. Sua capacidade dirigente e intelectual deve ultrapassar a esfera de sua atividade, elaborando a coesão do seu grupo.

Há também os representantes intelectuais de uma continuidade histórica, que se consideram autônomos e independentes, e acabam por apenas reproduzir antigas ideologias.

Como Gramsci afirma, todos os homens são intelectuais, porém nem todos exercem a função intelectual na sociedade. Além disso,

“O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente” (especialista mais político).”(GRAMSCI, 1995)<sup>99</sup>

Uma importante característica dos grupos sociais no sentido do domínio é a tentativa de assimilação dos intelectuais tradicionais, que se torna eficaz quanto maior o número produzido de intelectuais orgânicos, e daí a importância destes.

A sociedade civil e a sociedade política formam um conjunto onde podemos perceber a construção de hegemonia que o grupo dominante exerce, e os intelectuais são responsáveis pela organização do consenso das grandes massas da população, não esquecendo a existência de todo um aparato de coerção para disciplinar aqueles que não consentem, ou em momentos específicos de crise.

A atividade intelectual também é diferenciada em graus: no mais alto, os criadores das várias ciências, arte, projetos, etc; no mais baixo os administradores, divulgando a riqueza intelectual tradicional existente.

Neste sentido,

“A sociedade civil, continente de outro tipo de relações sociais que não estritamente as de produção, onde se desenvolvem funções de direção política e ideológica, complementares a dominação estatal. Integrada por organismos privados de adesão

---

<sup>99</sup> GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

espontânea, a sociedade civil responde pela produção de valores e visões de mundo, garantindo/contestando a legitimidade da dominação de uma classe e seu Estado. A sociedade civil, situada entre o Estado restrito e os indivíduos atomizados no mundo da produção, é onde se constroem sujeitos políticos coletivos, disputando a direção política e ideológica sobre a sociedade como um todo, tendo por organizadores os intelectuais, produtores/difusores da cultura/hegemonia. A organização da cultura implica num conjunto de agências da sociedade civil destinadas a concretizar seu papel na reprodução ou transformação da sociedade. Para Gramsci os intelectuais longe estão daqueles dotados da erudição que os faz “pairar” acima da sociedade, desmistificando seu papel de livres pensadores diletantes a “iluminar” os “incultos” com seu conhecimento: intelectual é quem organiza um grupo, tornando-o consciente de seu lugar social e projetos, daí a denominação de orgânico. É este o princípio da hegemonia: quando os valores de uma fração de classe são adotados, como seus, por todas as demais, obstaculizando a capacidade de organização dos dominados.”(MENDONÇA, 2010)<sup>100</sup>

Assim sendo, entendemos aqui o Visconde do Rio Branco como um grande intelectual, orgânico, pois ele possuía a capacidade de circular e convencer, de maneira tão evidente que foi escolhido pelo Imperador para a tarefa da aprovação da Lei do Ventre Livre, que de fato geraria grande agitação. Foi “persuasor permanente”, principalmente dentro do gabinete, divulgando o projeto reformador, ligado organicamente aos interesses de parte da classe dominante e agia a partir do convencimento.

De fato, aprovar um amplo projeto de reformas, principalmente acerca da questão servil, não foi fácil.

“Generalizara-se a desordem. Inutilmente pedia a palavra o ministro. Apartes indignados cruzavam-se entre maioria e minoria. Alguns deputados deixavam seus lugares e atravessavam rapidamente o salão. Outros insistiam em que fosse levantada a sessão. Muitos expectadores invadiam o recinto. Sentindo-se incapaz de restabelecer a causa, Baependi suspendeu a sessão, depois de ter declarado que renunciava ao cargo: efetivamente, a partir de 2 de agosto, não mais ocupará a presidência da casa. Do livro sobre a discussão da reforma do Estado servil que nesse mesmo ano de 1871 se imprimiu na Tipografia Nacional, consta que “nem os dias agitados da maioria foi o recinto da Câmara teatro se cenas semelhantes.” Servem esses episódios para mostrar o pano de fundo da campanha pela emancipação, bem mais árdua, ao menos no parlamento, do que a da abolição. E dão bem uma ideia da tenacidade com que Paranhos enfrentou e afinal venceu os obstáculos que se ergueram no seu caminho.”(HOLANDA, 1969.P.143-144)<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> MENDONÇA, Sônia Regina. *O Papel dos Técnicos Extensionistas como Intelectuais Orgânicos*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. 2010.

<sup>101</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, Tomo II, volume 3, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. P.143-144.

Logo no programa lido na abertura da assembleia geral em 3 de maio, Rio Branco já aponta para a necessidade da introdução de trabalho livre, a questão dos transportes e da reforma judiciária do império, além de outros pontos.

“Começa ela, depois de aludir à necessidade da introdução dos braços livres, facilitar os meios de transporte e as linhas telegráficas como o modo de animar eficazmente a lavoura e o comércio, por abordar a reforma da legislação judiciária do Império, em particular a da lei de 3 de dezembro de 1841, que servia a todos os governos de máquina de compreensão...

...Trata ainda das leis da Guarda Nacional e do recrutamento, que precisavam ser reformadas...

...Finalmente - o veneno da cauda – lembra que a reforma da legislação sobre o estado servil não deve continuar a ser uma aspiração nacional indefinida e incerta.”<sup>102</sup>(HOLANDA, 1969.P 138-139).

O gabinete, aliado à vontade imperial, encontrou resistências às reformas que se propunham, num contexto onde estas apareciam quase que como paliativos num processo de antecipação à desestruturação do Império, diante de crises internas e externas.

Os conservadores “puritanos”, como Paulino de Sousa, tradicional líder dos saquaremas, colocaram-se contra as reformas, assim como muitos liberais (mas não Nabuco). Rio Branco encontrou assim resistência de ambas as partes, até mesmo por ser integrante do partido conservador, mas realizador de reformas liberais. Porém, naquele momento, a realização destas reformas, principalmente acerca da questão servil, era fundamental, e retirar o debate das mãos dos liberais parecia uma boa alternativa. Mesmo com tais oposições, em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre tornou-se uma realidade, com o Imperador em viagem pela Europa. Os debates que fomentaram essa discussão serviram para dividir ainda mais opositoristas e ministeriais, e assistimos ao gabinete como elemento desagregador entre os conservadores, além de certa oposição de parte dos liberais, que acreditavam que o

---

<sup>102</sup> IDEM. Págs. 138 e 139.

ministério pretendia apenas esvaziar seus programas. Não podemos esquecer que a lei do ventre livre ficou também conhecida como Lei Rio Branco, referida ao Gabinete-Rio Branco, que conduziu sua discussão e aprovação, dando notoriedade ao ímpeto reformador de José Maria.

Cabe aqui dizer mais uma vez que, mesmo neste cenário de disputa política, podemos perceber a força das relações de sociabilidade. Nabuco e Paranhos, como vimos, construíram uma relação importante, dentro de um contexto específico que os uniu.

“Seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões, das solicitações de todo o tipo. Foi- e continua sendo – uma contribuição das pesquisas das últimas décadas lançar luz sobre o jogo dos interesses, as correspondências entre os pertencimentos sociais e as escolhas políticas, acompanhar a intervenção dos grupos de pressão e mostrar que a decisão política era resultante de uma multiplicidade de fatores (...)”(RÉMOND, 2003)<sup>103</sup>

O gabinete 7 de março foi, sem dúvida, o auge da vida política de Paranhos, principalmente no que tange a política interna. E Nabuco também se tornou protagonista nesse período:

“O ano de 1871, marco de troca de gerações, foi, por excelência, o tempo de duas figuras que haviam vivido e protagonizado, ainda que não como personagens principais, os gabinetes conservadores de 1848 e 1852 e o da Conciliação, de 1853: Nabuco de Araújo e José Maria da Silva Paranhos.”(SALLES, 2010)<sup>104</sup>

Diversas reformas foram realizadas no período, como a reforma judiciária, que ampliou o habeas corpus, instituiu a fiança provisória na prisão preventiva, dentre outras mudanças. Organizou a Escola Politécnica, criou comissões gerais de preparatórios nas províncias que não tinham faculdades; reorganizou o arquivo público; regulamentou a lei que instituía o registro civil de casamentos, nascimentos e óbitos.

---

<sup>103</sup> RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

<sup>104</sup> SALLES, Ricardo. “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), O Brasil Imperial, v. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

No Rio de Janeiro, ampliou as redes de abastecimento d'água e viação urbana. Tentou-se também estabelecer boas relações com o exército, melhorando seus arsenais, na tentativa de aliviar as tensões que já se estabeleciam entre o Império e estes. Conduziu também a questão religiosa, como católico e maçom que era.

Estas foram algumas das reformas liberais empreendidas pelo gabinete conservador, além da tentativa de implantação de uma reforma eleitoral. Focaremos neste momento em duas ações do gabinete: a organização da Escola Politécnica e a padronização de pesos e medidas.

Acreditamos que estas dizem muito sobre o local de homem ligado à Ciência, engenheiro, com seu ideário próprio de progresso e modernização.

A implantação do Sistema Métrico Francês, substituindo o antigo sistema de pesos e medidas no Brasil gerou grandes impactos. A ideia de organização e progresso que estava por detrás dessa implantação ia de encontro com os comerciantes, que possuíam sua ordem própria. As dificuldades em organizar o sistema de pesos e medidas no país eram diversas, como por exemplo: a falta de instrumentos de medição, de pessoas habilitadas para realizarem as aferições, além da variedade dos padrões utilizados, que acabavam por contribuir para a corrupção no momento da aferição.

Sendo assim, em 1862, uma Comissão, composta por Antonio Gonçalves Dias, Giacomo Raja Gabaglia e Guilherme Schuch de Capanema,<sup>105</sup> iniciou as conversas para adoção do sistema de pesos e medidas francês no Brasil, que acabou sendo aprovada em 26 de junho de 1862 pela Lei nº 1.157, onde era substituído em todo o Império o atual sistema de

---

<sup>105</sup> Todos esses nomes foram importantes no Instituto Politécnico Brasileiro, que foi, como vimos, local de sociabilidade, inserção e de exercício político para Paranhos. É bem provável que ele tenha participado do debate sobre a mudança de pesos e medidas muito antes de se tornar chefe do gabinete que executaria de fato a mudança.

pesos e medidas pelo Sistema Métrico Francês e estabelecido o prazo de 10 anos para o aprendizado do novo sistema.

Dez anos se passaram e em 72, no gabinete 7 de março, inicia-se a mudança de fato e o visconde, engenheiro e preocupado com as questões da modernidade, lidera o processo. Durante esses dez anos, a população não entrou em contato com a possibilidade de mudança e apenas em 1872 é que se deparou com ela. Obviamente, isso gerou revoltas, principalmente no nordeste, onde atos, de aparente vandalismo, refletiam a insatisfação das camadas populares. Desconfiados das mudanças impostas pelo governo, acreditavam que poderiam estar sendo enganados. Iniciou-se então o movimento, que consistia na quebra dos novos instrumentos de medição, o que lhes rendeu o nome de Quebra-Quilos.<sup>106</sup>

Enfim, o importante é ressaltar a ligação direta entre essa medida praticada na sociedade política propriamente dita com a colocação de Paranhos nos seus locais da sociedade civil. Tal empreendimento relaciona suas inserções, sua identidade ou identidades e sua ação política.

“O gabinete Rio Branco – o “mais longo de toda a história do Império será aquele que executará a missão que foi impossível ao ministério anterior, chefiado por Pimenta Bueno, a saber, aprovar a lei de emancipação dos filhos dos escravos, sancionada, após dura batalha política e parlamentar... Para fazê-lo, Rio Branco arca com a responsabilidade da cisão do Partido Conservador – claramente dividido, daí em diante, entre uma ala “moderada”, fiel ao Presidente do Conselho e, sobretudo, à Coroa, e um grupo mais ortodoxo, refratário à reforma social, identificado com o legado do velho triunvirato “saquarema”, liderado até o final da monarquia por Paulino de Sousa Jr., filho de Uruguai e sobrinho de Itaboraí.” (FERRAZ, 2012)<sup>107</sup>

Os acontecimentos que levaram à saída de Rio Branco do poder, em junho de 1875, são apenas brevemente relatados nos livros. A saída parece ter sido graças ao próprio desgaste

---

<sup>106</sup> LIMA, Viviane de Oliveira. *Revoltas dos Quebra-Quilos. Levantes contra a imposição do Sistema Métrico Decimal*. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh. Rio de Janeiro.

<sup>107</sup> FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado - Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 - 1889)*. Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. São Paulo, 2012.

natural de um gabinete bem longo para os parâmetros do Segundo Reinado. Paranhos falece 5 anos após sua saída do gabinete, e passa esse tempo, seus últimos anos, como diretor da Escola Politécnica, sua grande realização.

“O período transcorrido entre a reforma de 1858 e a constituição da Escola Politécnica em 1874 foi decisivo para a consolidação da prática profissional do engenheiro civil brasileiro e sua crescente importância para a fração da classe dominante dos proprietários de terras e de escravos do Vale do Paraíba fluminense. Não por acaso, na mesma proporção em que os engenheiros civis eram convocados a dotar o comércio cafeeiro de vias de comunicação e construção de portos, as reformas escolares auxiliavam na sua construção profissional. Portanto, a forte demanda para a formação de profissionais em profissionais especializados em obras públicas e a decorrente necessidade de ampliação do próprio curso de engenharia, bem como o interesse já demonstrado em deixar a preparação militar numa só escola e a ineficácia em submeter os aspirantes a engenheiros civis à rigidez da disciplina militar como horizonte profissional levaram, em 1874, à alteração da estrutura da Escola Central. Com a reforma em seus estatutos, o nome da instituição foi alterado para Escola Politécnica, ficando agora subordinada ao Ministério do Império”(MARINHO, 2008)<sup>108</sup>

A Escola Politécnica e sua organização justamente no gabinete 7 de março não foi a toa. O fato deste ser um projeto do Visconde acabou por direcionar tal ação, mesmo que entendamos que existem outras formas de pressão dentro do campo da ação política.

Como já citado, Paranhos e Nabuco eram amigos entre si, e podemos perceber isso analisando não só a correspondência entre eles, mas também percebendo as diferenças entre as outras cartas, enxergando, por exemplo, o tratamento diferenciado evidente se compararmos com documentos de Paranhos trocados com outros estadistas:

“Catete, 14 de maio de 1865.

Ilmo e Exmo Sr.;

Meu cunhado Sr. Joaquim Carneiro deseja que V. Ex. o ouça sobre um negócio, que o interessa e preocupa, por estar nele envolvido a senhora Marquesa de Paraná, e eu peço a V. Ex. que se digne dizer-me a que hora, e lugar, em que V. Ex. poderá recebê-lo, tenho a honra de ser com maior estima e respeito,

---

<sup>108</sup> MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

A formalidade é bem maior, além de, como já foi demonstrado, os temas entre Paranhos e Nabuco ultrapassarem a questão política. Como vemos na carta acima, a questão dos favores permanece, porém a amizade não serve de argumento preponderante e de convencimento, diferente do caso que estudamos aqui.

Nem sempre Nabuco e Paranhos estiveram lado a lado politicamente, mas é fato que nos pontos centrais do Gabinete, foram aliados. Dizer que a relação de amizade influenciou esse posicionamento talvez possa parecer exagero, mas sem dúvida pode ser um elemento agregador que os colocaram em momentos centrais em parceria.

Além disso,

“As articulações políticas destes “homens novos” contaram com um fator importante, que alavancou suas carreiras políticas. A bem sucedida centralização monárquica, através da política de conciliação foi facilitada pela folgada maioria na Câmara dos Deputados do Partido Conservador e preparou-lhes o terreno para a ação política.” (NEDER, 2012)<sup>110</sup>

Estava Nabuco, durante a década de 70, envolto nas questões de Reformas no Judiciário, tão importantes para esse bacharel, inclusive na tentativa de elaboração de um código civil:

“A primeira proposta efetiva, no entanto, aconteceu em 1855, quando Augusto Teixeira de Freitas foi contratado pelo governo, através do próprio Nabuco de Araújo, então ministro da Justiça, para elaborar uma compilação da legislação civil, denominada *Consolidação das Leis Civis*. Advogado reconhecido, aspirante a juriconsulto, juiz de direito, membro fundador do Instituto dos Advogados Brasileiros, advogado do Conselho de Estado, Freitas realmente parecia a pessoa mais indicada para realizar a tarefa.

Em 1859, depois de finda a compilação, Teixeira de Freitas foi novamente convocado, desta vez para escrever o próprio código civil. Depois de ter publicado um *Esboço*, ele desiste da empreitada. As razões que o levaram a tal decisão ainda hoje são objeto de polêmica<sup>1</sup>. De 1867, ano de rescisão do contrato, a 1872, o projeto

---

<sup>109</sup> PARANHOS. Convenções Diplomáticas. IHGB n°: DL 365. 8.

<sup>110</sup> NEDER, Gizlene. “*Carretilhas*” em ação: Reforma e conservadorismo no Segundo Reinado. Dimensões, vol. 28, 2012, p. 82-102.

permanece parado. É só a partir de então que o próprio Nabuco de Araújo dispõe-se a escrever o código, comprometendo-se a finalizar a tarefa em cinco anos. Há quem diga que esta foi a causa primeira de sua morte, em 1878, quando deixou dezenas de volumes de notas, mas nenhum texto.” (GRINBERG, 1998)<sup>111</sup>

“Em 1871, ocorreu outra reformulação na legislação referente aos juízes de primeira instância com a promulgação da Lei nº 2.033, reformando o judiciário imperial. A reforma do judiciário foi realizada alguns dias antes da Lei do Ventre Livre. Nesta reforma, o juiz de paz, de acordo com seu artigo 2º, recebia de volta algumas de suas competências: julgamento das infrações às posturas municipais e concessão de fiança; recuperou, portanto, parte das atribuições perdidas em 1841, além de ganhar outras. Os tribunais de justiça aumentaram sua abrangência e conferiu-se mais autonomia dos magistrados.” (NEDER, 2012)<sup>112</sup>

Durante a década de 1870, encontramos um esforço reformador visível. Enquanto chefe de um gabinete conservador, Paranhos liderou o encaminhamento de uma série de reformas que haviam sido muito defendidas pelo campo liberal como a reforma partidária, reforma do judiciário, reforma do ensino, reforma administrativa e reforma eleitoral. Nabuco, embora pertencente ao Partido Liberal, onde muitos se colocaram em oposição, o apoiou e fez parte desse projeto reformador.

Esteve presente no processo da reforma do judiciário empreendida no início de setembro de 1871 e que gerou mudanças significativas na administração da justiça. A conclusão de Gizlene Neder consegue dar conta dessa discussão, e de fato sintetizar a discussão aqui travada:

“Armou-se, durante esse período no parlamento, forte oposição de uma parte do Partido Conservador ao Gabinete-Rio Branco (1871-1875), partido ao qual o chefe do governo era vinculado. Sendo grão-mestre da mais importante loja maçônica da Corte, Rio Branco enfrentou vários aspectos da política interna que obstaculizavam o processo de modernização. Ao mesmo tempo, seu empenho reformador devia-se exatamente a sua pertença à rede de sociabilidade maçônica. Já a relação de forças dentro do Partido Conservador enunciava-se na divisão do partido em uma ala “puritana” e outra “reformista”, denominação enunciada pelo próprio Visconde do Rio Branco em seus discursos, e posteriormente reproduzida por Sergio Buarque de Holanda, na História Geral da Civilização Brasileira (volume 5) (HOLANDA, 1972). O uso do termo “puritano” para referir-se a ala do partido que se opôs ao Gabinete-Rio Branco e que saiu em defesa dos bispos, na denominada “Questão

---

<sup>111</sup> GRINBERG, Keila. *ESCRavidão, LIBERALISMO E DIREITO CIVIL: as definições de status e cidadania nas memórias sobre a elaboração do código civil brasileiro (1855-1916)*. Publicado nos Anais da Anpuh-RJ. 1998.

<sup>112</sup> NEDER, Gizlene. “Carretilhas” em ação: Reforma e conservadorismo no Segundo Reinado. *Dimensões*, vol. 28, 2012, p. 82-102.

Religiosa” apresenta um indício interessante. Contrariamente ao que se convencionou dizer, puritano neste momento possui uma extensão semântica que não compreendia, no caso, uma referência ao protestantismo, mas ao católico mais radical, ultramontano. Os processos histórico-culturais de circulação e apropriação de ideias ocorrem de forma indireta, difusa e contraditória. Jogando novamente a lente de aumento nas falas e discursos dos atores sociais, apreendemos a complexidade de um processo que não se filia ao conservadorismo ou ao liberalismo, mas os atravessa, encontrando a aderência liberal, dentro da ótica conservadora bem como a penetração do conservadorismo no seio liberal. Temos trabalhado com o alojamento das permanências de longa duração nos sentimentos e afetos que, situando-se no plano do imaginário, produzem efeitos concretos de poder. O projeto de modernização das instituições políticas que vem na esteira dos ideais iluministas do século XIX, expresso na gama de reformas propostas na década de 1870, encontra sua rejeição e aceitação parcial sob a presença de tais sentimentos e afetos que permeiam a práxis política brasileira no século XIX. As considerações aqui levantadas remetem para as implicações histórico-culturais que vêm atravessando os sentimentos e a experiência política de agentes sociais envolvidos na condução do campo político brasileiro, desde o século XIX. E desbordam para as políticas públicas. A complexidade das relações de força política deve ser buscada na dinâmica imbricada e variegada de posicionamentos ideológicos, em conexão com a análise da rede de sociabilidade política.

A análise dos projetos de reformas institucionais dos “homens novos” podem nos levar a afirmar que a filiação partidária (Partido Liberal ou Partido Conservador), não era predominante para sua definição ideológica e filosófica. Muito embora a filiação partidária fosse preponderante, do ponto de vista do empoderamento (uma vez que era através dos partidos que chegavam ao poder político decisório), a rede de sociabilidade condicionou ideológica e culturalmente estes projetos. Contudo, as reformas empreendidas, especialmente a reforma judiciária, que expressava uma visão moderna e profissionalizada do campo jurídico, foram elaboradas e defendidas com insistência e persistência atravessando várias décadas da governação imperial; e sua aplicação ocorreu pela velha roldana das *carretilhas*, apesar da crítica a esta velha prática política conservadora. Quando aprovadas e colocadas em prática, esbarravam em permanência de longa duração do autoritarismo das oligarquias regionais e suas extensas parentelas. As novidades reformadoras quase sempre nasciam envelhecidas pelas enormes dificuldades de mudança social e política. Entretanto, a rede de sociabilidade política constituída pelos políticos moderno-conservadores garantiu a persistência de sua ação política, apesar de suas dificuldades. Garantiu ainda sua extensão para o período republicano, quando os filhos dos “homens novos” do Partido Conservador imperial atuaram levando sua pauta reformadora para o século XX. Passada a primeira década republicana, Joaquim Nabuco reintegrou-se ao serviço diplomático brasileiro e é um dos autores mais referidos e estudados pela historiografia brasileira ao longo do século. Destino proeminente teve, igualmente, o filho do Visconde do Rio Branco, o Barão do Rio Branco, que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores do Brasil por muitos anos também no alvorecer da República.”(NEDER, 2012)<sup>113</sup>

Enfim, o gabinete aqui tratado realizou uma série de reformas e foi ponto alto na trajetória de Paranhos e Nabuco. Por serem amigos, com laços de sociabilidade extensos, mas também por influências ideológicas consequentes da penetração em locais como a Maçonaria, trabalharam juntos no projeto reformador: o liberal e o conservador, o bacharel e o

---

<sup>113</sup> NEDER, Gizlene. “*Carretilhas*” em ação: Reforma e conservadorismo no Segundo Reinado. Dimensões, vol. 28, 2012, p. 82-102.

engenheiro. As relações travadas a partir dessas redes retratam o fato de que antes de serem homens públicos, conservadores ou liberais, eram representantes dos interesses de grupos que os inseriram e mantiveram no poder, ligados por relações de parceria e amizade muitas vezes, que acabavam os colocando em projetos comuns.

## Conclusões:

Essa pesquisa tinha como objetivo inicial refletir acerca da influência das relações afetivas entre os Homens do Império na ação política destes, a partir da trajetória do conhecido Visconde do Rio Branco. A hipótese inicial era de que sim, as relações de amizade influenciavam e em alguns casos se sobrepunham a questão partidária no Segundo Reinado. Para isso, além das atas do Conselho de Estado e discursos, examinamos principalmente a correspondência trocada entre Paranhos e Nabuco de Araújo, escolhendo essa relação pelo fato de ser uma amizade possível de comprovação, tanto nas cartas quanto em relatos do próprio filho de Nabuco, preocupado em escrever a biografia de seu pai e a partir dela construir também sua própria identidade política, reforçando laços familiares e de sociabilidade. Como vimos, há um movimento no sentido de reafirmações simbólicas das figuras paternas na tentativa de fortificação de laços sanguíneos na geração pós-proclamação da República.

Para essa pesquisa, a relação travada não é um caso de excepcionalidade. Existiam verdadeiras redes de relacionamentos que agiam como suporte à vida política imperial. Trata-se muito mais de um estudo de caso, dentre muitos que poderiam se tornar possíveis.

O desenvolver da pesquisa nos fez atentar para a complexidade do assunto, e podemos entender que tais relações de amizade influenciaram e são influenciadas no campo político, até mesmo porque esses relacionamentos são tidos nesse trabalho como Instituições, não formais, é verdade, mas que imprimem condutas importantes, uma vez que há uma espécie de pressão sobre a ação dos indivíduos quando estes estabelecem tais relações. Há certos comportamentos que não são permitidos, ou que são necessários, uma vez que um ou mais indivíduos iniciam e mantêm uma amizade. A partir do momento que a entendemos como

uma força institucional, percebemos que o poder se estabelece não apenas pela violência, mas também pela repressão de atitudes vivenciadas no cotidiano, que orientam nossas ações.

Sendo assim, alguns locais tornam-se fundamentais na vida política, pois eles permitem o estabelecimento de contatos e possíveis relações que podem inserir e auxiliar na manutenção política. São locais de sociabilidade, que permitem a inserção, mas não deixam de ser também locais de prática política, pois fazem parte da sociedade civil, complementar a sociedade política e que forma o que chamamos de Estado nesse trabalho.

Além disso, ao analisar a trajetória de José Maria da Silva Paranhos, percebemos que existiam outros locais de inserção política que não os mais tradicionais, como a Faculdade de Direito por exemplo. A maçonaria, o jornalismo e Órgãos como a SAIN e o IPB eram lugares de penetração na sociedade política, mas também de exercício do poder, além de fornecerem possibilidades de estabelecimento de relações de amizade (instituições não formais), que acabam complementando e dando coesão a esse jogo do poder no Segundo Reinado.

Uma vez inserido politicamente por estratégias que fogem um pouco do tradicional, e a partir disso, mantendo relações fundamentais como com Nabuco, que diferentemente do Visconde, inseriu-se de forma bem mais convencional, José Maria da Silva Paranhos torna-se um dos Grandes Homens do Império, a ponto de receber a missão do Imperador de realizar uma série de Reformas na década de 70.

Conseguimos perceber a atuação de Paranhos como um intelectual orgânico nesse sentido, por atuar como persuasor e agir a partir do convencimento de frações da classe dominante no projeto reformador, ligado organicamente ao Estado Imperial. Era um grande intelectual formulador, que atuava diretamente no campo da ação política.

Nabuco tornou-se parceiro de Paranhos no gabinete 7 de março, na década de 70. Um, o bacharel, esteve preocupado com toda a Reforma ligada ao judiciário e o outro, o engenheiro, a frente do gabinete, esteve também envolvido em questões permanentes ao seu

lugar como homem científico que era. Acreditamos que a relação de amizade estabelecida por eles pode ter facilitado essa parceria política, e que a questão partidária desse conservador e desse liberal não foi de fato preponderante nesse momento. É fato que o pertencimento partidário pós Conciliação já era por si só bem relativo. Mas o fato de justamente esses agentes estarem presentes no movimento reformador está ligado ao relacionamento que estes travaram e também por terem locais de sociabilidade comuns, de importância ideológica. Além disso, tendências históricas mais profundas estavam em jogo, como diria Joaquim Nabuco.

Os relacionamentos instituídos, muitas vezes (muitas mesmo), serviam como argumento no pedido de nomeações e cargos entre esses dois homens. Podemos associar essa lógica a toda uma ideologia do favor, que orientava as práticas políticas do período e de fato encontra suas permanências em nossa sociedade.

Os breves dois anos dessa pesquisa não nos permitiram responder todos os nossos questionamentos, mas nos apontaram caminhos possíveis para pesquisas futuras. Mapear outras redes e relacionamentos que influíam na prática governamental e se estabeleceram no campo das afetividades no período é algo de extrema importância para as reflexões sobre Poder e Ideias Políticas e se desenha como objetivo futuro, assim como o aprofundamento real das realizações do Gabinete 7 de março, refletindo acerca das consequências dessas ações nos últimos suspiros imperiais. Muito há para se pesquisar e esse trabalho se coloca apenas como um ponto inicial para muitas reflexões que ainda serão desenvolvidas.

## **Bibliografia:**

AGULHON, Maurice. 1977. "*Le cerele dans la France bourgeoise 1810 - 1848*", Cahier des Annales, Paris, Armand Colin, n. 36. Paris, Seuil. IN MOREL, Marco. *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28. 2001.

ALMEIDA, Jorge. *Cultura política e Hegemonia*. Texto publicado nos anais do IV Compolítica. Apresentado no GT Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública, 2001. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jorge-Almeida.pdf>.

AZEVEDO, Jussara França de. *Discursos e ideias: A gênese da luta pelo processo de Organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888)*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BESOUCHET, Lúcia. *José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco. Ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BLAKE, Antonio V. Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. Volume 5.

BOURDIEU, Pierre (1996) “A Ilusão Biográfica” in Marieta de Moraes Ferreira e Janáina Amado (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem, a Elite Política Imperial*, Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CERQUEIRA, Gisálio. *Fronteiras entre o favor e desfavor* – Versão escrita de intervenção oral realizada no colóquio *Favor e Desfavor* promovido pelo Laboratório Cidade e Poder/UFF entre 9-11 de abril de 2001.

CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise: l’histoire entre certitudes et inquietudes*. Paris, Albin Michel. 1998.

DAUPHIN, Cécile. 1991. “Les manuels épistolaires au XIXe siècle”, em CHARTIER, Roger. *La correspondance: les usages de la leure au XIXe siècle*. Paris, Fayard.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Trad. port., Bauru: EDUSC, 2000.

Estatuto da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional 1828. Artigo 1º de 1827. Fonte Impressa: Firjan Rio de Janeiro nº Or R 132 Acervo 9604.

EWALD, Ariane P. *Crônicas Folhetinescas; o Renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu da república, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político no Brasil*, Porto Alegre: Editora Globo/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2 volumes, 1975.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império revisitado - Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e poder moderador (1840 - 1889)*. Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. São Paulo, 2012.

FONSECA, Brenda Coelho. *Trajatória e ascensão social de Jose Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851)*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, na Universidade Estadual do Maranhão. 2007.

FONTES, Virgínia. *A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980*. Disponível em:

<http://www.fiocruz.br/editora/media/Capitulo%206%20Fundamentos%20Educacao%20Escolar.pdf>.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Joaquim Nabuco e a História Política do Império”, Introdução Geral, NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, op.cit.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, In *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. "Rascunhos de História Imediata: de Monarquistas e Republicanos em um Triângulo de Cartas", in *Remate de Males*, n. 24. Campinas, Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_ “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: *Escrita de si, Escrita da História*. Org. Ângela de Castro Gomes. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, s.d.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRINBERG, Keila. *ESCRAVIDÃO, LIBERALISMO E DIREITO CIVIL: as definições de status e cidadania nas memórias sobre a elaboração do código civil brasileiro (1855-1916)*. Publicado nos Anais da Anpuh-RJ. 1998.

\_\_\_\_\_ *O Fiador do Império: cidadania, escravidão no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HEYNEMANN, Claudia. *Floresta da Tijuca: natureza e civilização*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, Tomo II, volume 3, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

\_\_\_\_\_ *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, Tomo II, volume 5, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_ *Raízes do Brasil*, 9ª. Edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ, Contraponto/Ed.UERJ, 2006.

LIMA, Viviane de Oliveira. *Revoltas dos Quebra-Quilos. Levantes contra a imposição do Sistema Métrico Decimal*. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh. Rio de Janeiro.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese (Doutorado)

– Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

\_\_\_\_\_ *Engenharia Imperial: o Instituto politécnico brasileiro (1862-1880)*.  
Dissertação para obtenção do título de mestre pela Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

\_\_\_\_\_ *BRASIL IMPÉRIO: "Oriente" ou "Ocidente Tardio"? Notas para um diálogo sobre o conceito gramsciano de Estado*. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

MARTINS, Maria Fernanda. *O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no Segundo Reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)*. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, São Paulo: Editora Hucitec, 5ª. Edição, 2004.

MELLO, Fernando Figueira de. *O Visconde do Rio Branco: Entre a biografia estabelecida e a reconstrução da biografia*. In: FRANCO, Alvaro da Costa (Org.) *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no Parlamento Imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

MENDONÇA, Renato. *Um Diplomata na Corte de Inglaterra*, 1ª. Edição de 1942, 2ª. Edição, Brasília: Edições do Senado Federal, volume 74, 2006.

MENDONÇA, Sônia Regina. *O Papel dos Técnicos Extensionistas como Intelectuais Orgânicos*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio. 2010.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. *Sociabilidades entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 28. 2001.

MOURA, Cristina Patriota de. *Herança e metamorfose: a construção de dois Rios Brancos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, nº 25. Ano: 2000/2001.

MUNIZ, Maria Luiza de Castro. *Opinião pública e opinião publicada: representação política, diretas já e a grande imprensa nos (des)caminhos da abertura*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. 2010.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, (Obras Completas, selecionada e anotada por Luiz Camilo de Oliveira Neto), 2ª. Edição, São Paulo: Instituto Progresso Editorial (IPÊ), 1947.

\_\_\_\_\_ *Um Estadista do Império*, 4ª. Edição, Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1975.

NEDER, Gizlene & CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Os filhos da lei*, Rio de Janeiro: REVAN, 2007.

NEDER, Gizlene. “*Carretilhas*” em ação: *Reforma e conservadorismo no Segundo Reinado*. *Dimensões*, vol. 28, 2012, p. 82-102.

\_\_\_\_\_ *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*, Porto Alegre, S. A. Fabris Editor, 1995.

\_\_\_\_\_ *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: submissão e obediência*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2000.

\_\_\_\_\_ *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.

NOVACK, George. *Para compreender la historia*. Colombia: editorial Pluma, 1978.

PAPAGNO, Giuseppe. *Instituições*. In: *ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. Direito-classes. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

PARDAL, Paulo. *O Visconde do Rio Branco e a Escola Politécnica*, Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Engenharia : Xerox do Brasil, 1983.

PEIXOTO, Luiz D'Alvarenga. *Apontamentos para a história – O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1871.

PELLISSIER, Catherine. *La vie privée des notables lyonnais au XIXe siècle*. Lyon: Éditions Lyonnaises d'Art et d'Histoire, 1996.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

SALLES, Ricardo, “As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema”, Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial*, v. 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_ *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHORSKE, Carl. *Pensando com a História, indagações na passagem para o modernismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *O sentido histórico da crueldade em Machado de Assis*. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, n.17, edição de maio, 1987.

SILVA, Camilla Borges da. *As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. *O Visconde do Rio Branco – Esboço biográfico*. Typ. G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro: 1884.

VENANCIO, Giselle Martins. “Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna” *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo : T. A. Queiroz, 1991. 484 p. (Coleção coroa vermelha, v. 22).

## **Fontes:**

### Cartas:

PARANHOS. Temporalidade Histórica: 1854 – 1857. IHGB n°: DL 365. 5.

PARANHOS. Convenções Diplomáticas. IHGB n°: DL 365. 8.

### Discursos, atas, etc:

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Defesa da Maçonaria no Parlamento brasileiro pelos srs. visconde do Rio Branco (Presidente do Conselho de Ministros) e Alencar, Typ. do Echo de Minas.

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Discurso do visconde do Rio Branco proferido no senado a 21 de julho de 1875. Os ajustes definitivos de paz com a Republica Arge , Typ. do Diario do Rio de Janeiro, 1875.

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Discurso proferido na presença de ss.mm.ii. em sessão de 13 de novembro de 1877 do Instituto Polytechnico Brasileiro pelo Visconde do Rio Branco , Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877.

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Discurso proferido no Senado em Sessão de 17 de maio de 1873 pelo presidente do conselho de ministros Visconde do Rio Branco. - Typographia Nacional, 1873.

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Discurso proferido no Senado em Sessão de 9 de junho de 1873 sobre o voto de graças pelo Presidente do Conselho de ministros Vis , Typographia Nacional, 1873.

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Discursos do sr. conselheiro de estado e senador do Imperio J.M. da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, proferidos no Senado Typographia Nacional.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Ao amigo ausente* (1850-1851). In: RODRIGUES, José Honório (org.). *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1953. Originalmente publicados no *Jornal do Comercio*.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.) *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no Parlamento Imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

Atas do Conselho de Estado [1847 – 1879]

[http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT\\_AtasDoConselhoDeEstado.asp](http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp)

Anais do Parlamento Brasileiro [1847-1879]

[http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT\\_AtasDoConselhoDeEstado.asp](http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp)

#### Biografias:

PEIXOTO, Luis Antonio de Alvarenga da Silva. *Apontamentos para a Historia. O Visconde do Rio Branco*, Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1893.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *O Visconde do Rio Branco – Esboço biográfico*. Typ. G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro: 1884.

----- *O Visconde do Rio Branco (Glória do Brasil e da Humanidade.)* São Paulo: Melhoramentos. Segunda edição, 1930.

Anexos:



114

<sup>114</sup> BESOUCHET, Lúdia. *José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco. Ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



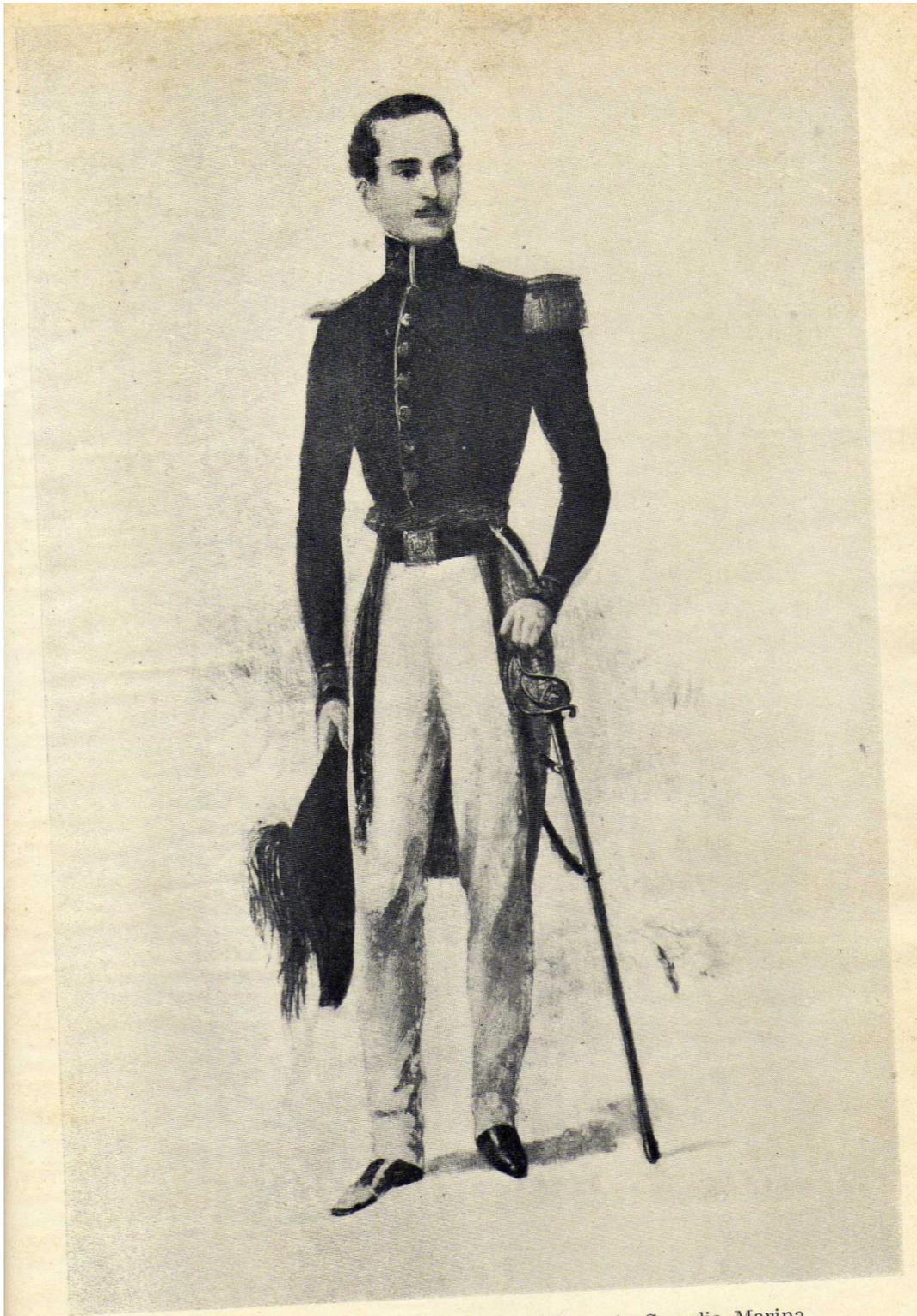
*Barão de Aimas  
do  
Visconde do Rio Branco  
22 de Junho de 1871*

Blasón de armas de JOSÉ M<sup>º</sup> DA SILVA PARANHOS

*Mss. 4.628, Arch. 85. - Colección Boulanger (José Antonio Soares Ribeiro - Barón de Inhan)*

115

<sup>115</sup>BESOUCHET, Lúcia. *José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco. Ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.  
No Brasão, a pena (ligação com o jornalismo) e o compasso (referência a sua formação matemática).



José M<sup>a</sup> DA SILVA PARANHOS, con uniforme de Guardia Marina

116

---

<sup>116</sup> BESOUCHET, Lúdia. *José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco. Ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



Retrato del VISCONDE DE RIO BRANCO, existente en la Biblioteca Nacional de Río de Janeiro

117

---

<sup>117</sup> BESOUCHET, Lúcia. *José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco. Ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.